

Jornal Oficial

da União Europeia

C 188



Edição em língua
portuguesa

Comunicações e Informações

56.º ano
29 de junho de 2013

Número de informação

Índice

Página

IV *Informações*

INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

Parlamento Europeu

2013/C 188/01

Relatório sobre a gestão orçamental e financeira — Exercício de 2012 1

PT

Preço:
3 EUR

IV

(Informações)

INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

PARLAMENTO EUROPEU

RELATÓRIO SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA

SECÇÃO I: PARLAMENTO EUROPEU

EXERCÍCIO DE 2012

(2013/C 188/01)

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO	3
I. GESTÃO FINANCEIRA: PRINCÍPIOS GERAIS	3
A. Receitas	4
B. Orçamento inicial e orçamentos rectificativos	4
C. Autorizações e pagamentos	4
D. Utilização das dotações transitadas de 2012 para 2013	5
E. Utilização das dotações transitadas de 2011 para 2012	5
F. Dotações disponíveis de receitas afetadas	6
G. Anulação de dotações correntes	7
H. Transferências	9
H.1. <i>Transferências a partir de dotações provisionais</i>	11
H.2. <i>Transferências de outras origens</i>	12
II. GESTÃO FINANCEIRA POR CAPÍTULOS	15
A. Capítulo 1 0, «Membros da instituição»	17
B. Capítulo 1 2, «Funcionários e agentes temporários»	18
C. Capítulo 1 4, «Outro pessoal e prestações externas»	19
D. Capítulo 1 6, «Outras despesas relativas a pessoas ligadas à instituição»	20
E. Capítulo 2 0, «Imóveis e despesas acessórias»	20
F. Capítulo 2 1, «Informática, equipamento e mobiliário»	22
G. Capítulo 2 3, «Despesas de funcionamento administrativo corrente»	22
H. Capítulo 3 0, «Reuniões e conferências»	23
I. Capítulo 3 2, «Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo, produção e difusão»	23
J. Capítulo 4 0, «Despesas específicas de certos órgãos e instituições»	24
K. Capítulo 4 2, «Despesas relativas à assistência parlamentar»	25
L. Capítulo 1 0, «Outras despesas»	26

	Página
III. OBJETIVOS 2012 E RESULTADOS	26
A. Prossecução das remodelações institucionais relacionadas com o Tratado de Lisboa	26
A.1. Apoio à investigação	26
A.2. Avaliações de impacto	27
A.3. Codificação e pareceres favoráveis em matéria de política externa	27
A.4. Melhoria dos serviços relacionados com a Sessão Plenária	27
A.5. Iniciativas de cidadania	28
B. Estratégia de comunicação e preparação da campanha de informação para as eleições de 2014 ...	28
B.1. Atividades organizadas ao nível central	28
B.2. Mais perto dos cidadãos com os Gabinetes de Informação	29
B.3. Europarl TV	29
B.4. Progressos registados ao nível do projeto da Casa da História Europeia	30
C. Adaptações institucionais decorrentes do Tratado de Lisboa e da adesão da Croácia	30
C.1. Acolhimento de 18 novos deputados	30
C.2. Preparação do próximo alargamento à Croácia	30
D. Prossecução de programas plurianuais de racionalização e modernização dos principais setores da administração do Parlamento	30
D.1. Política imobiliária	30
D.2. Política ambiental	32
D.3. Modernização das tecnologias de informação	33
D.4. O programa «sem papel»: eCommittee / eMeeting	33
D.5. Relações com os parlamentos nacionais / videoconferência	34
D.6. Gestão do conhecimento	34
D.7. Reestruturação aprofundada dos serviços de segurança	34
E. Outras medidas de modernização	35
E.1. Gestão das prioridades do Secretariado-Geral	35
E.2. Gestão financeira e orçamental	35
E.3. Gestão dos recursos humanos	35
E.4. Gestão dos arquivos	35
F. Evolução de conjunto da estrutura do Secretariado-Geral (incluindo os grupos políticos)	35
ANEXOS	38
ANEXO I – Lista das transferências C durante o exercício de 2012	38
ANEXO II – Lista das transferências P durante o exercício de 2012	41
ANEXO III – Execução das dotações para 2012	43

INTRODUÇÃO

1. O presente relatório analisa a gestão orçamental e financeira do Parlamento Europeu durante o exercício de 2012. Descreve a utilização dos recursos financeiros, juntamente com os acontecimentos que tiveram uma influência significativa sobre as atividades do exercício (partes I e II) e apresenta uma síntese dos resultados obtidos em relação aos objetivos definidos para o exercício de 2012 (parte III).
2. O relatório foi redigido nos termos do artigo 142.º do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União e que revoga o Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 do Conselho ⁽¹⁾, seguidamente designado «Regulamento Financeiro», e do artigo 227.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 1268/2012 da Comissão, de 29 de outubro de 2012, sobre as normas de execução do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 ⁽²⁾. A análise efetuada baseia-se nas contas orçamentais provisórias aprovadas pelo Contabilista.

I. GESTÃO FINANCEIRA: PRINCÍPIOS GERAIS

3. As dotações finais do Parlamento totalizaram 1 717 868 121 EUR, o que representa 19,62 % constantes da categoria V do Quadro Financeiro Plurianual ⁽³⁾. O Quadro 1 apresenta a execução do orçamento do Parlamento Europeu no exercício de 2012.

Quadro 1

Utilização das dotações

Tipo de dotações	Dotações em 2012 (EUR ou %)	Dotações em 2011 (EUR ou %)	Variação 2011/2012
Dotações			
Dotações iniciais	1 717 868 121	1 685 829 393	1,9 %
Orçamento retificativo	0	0	
Dotações finais	1 717 868 121	1 685 829 393	1,9 %
Execução corrente			
Autorizações	1 693 038 015	1 570 478 058	7,8 %
% de dotações finais	98,6 %	93,2 %	5,4 %
Pagamentos	1 387 580 140	1 347 577 674	3,0 %
em % das autorizações	82,0 %	85,8 %	- 3,8 %
Transições para o exercício seguinte			
Transições automáticas para o exercício seguinte (*)	305 457 875	222 900 384	37,0 %
% de dotações finais	17,8 %	13,2 %	4,6 %
em % das autorizações	18,0 %	14,2 %	3,8 %
Transições não automáticas (não autorizadas transitadas para o exercício seguinte) (**)	0	21 700 000	- 100,0 %
% de dotações finais	0,0 %	1,3 %	- 100,0 %
Anulações			
Dotações anuladas	24 830 106	93 651 335	- 73,5 %
% de dotações finais	1,4 %	5,6 %	- 4,1 %

⁽¹⁾ JO L 298 de 26.10.2012, p. 1.

⁽²⁾ JO L 362 de 31.12.2012, p. 1.

⁽³⁾ Acordo Interinstitucional sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira, celebrado entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão (JO C 139 de 14.6.2006, p. 1).

Tipo de dotações	Dotações em 2012 (EUR ou %)	Dotações em 2011 (EUR ou %)	Variação 2011/2012
Transições do exercício precedente			
Transições do exercício precedente (*)	222 900 384	231 028 630	- 3,5 %
Pagamentos por conta destas transições	197 991 076	207 438 331	- 4,6 %
em % das transições	88,8 %	89,8 %	- 1,0 %
Dotações anuladas	24 909 308	23 590 299	5,6 %
Transições não automáticas do exercício precedente (**)	21 700 000	9 240 000	134,8 %
Pagamentos por conta destas transições	15 649 030	0	
em % das transições	72,1 %	0,0 %	72,1 %
Dotações relativas a receitas afetadas do exercício			
Dotações relativas a receitas afetadas do exercício	22 274 843	23 815 077	- 6,5 %
Autorizações	18 028 503	12 284 019	46,8 %
em % das dotações de receitas afetadas	80,9 %	51,6 %	29,4 %
Pagamentos	11 216 674	10 081 911	11,3 %
em % das dotações para autorizações resultantes de receitas afetadas	62,2 %	82,1 %	- 19,9 %
Dotações disponíveis de receitas afetadas do exercício	4 246 340	11 531 058	- 63,2 %
Dotações disponíveis de receitas afetadas transitadas para o ano seguinte			
Dotações abertas sobre receitas afetadas transitadas para o ano seguinte	106 795 839	107 592 247	- 0,7 %
Dotações disponíveis de receitas afetadas transitadas para o ano precedente			
Dotações disponíveis de receitas afetadas transitadas para o ano precedente	107 592 247	110 017 852	- 2,2 %
Autorizações	105 482 187	20 580 678	412,5 %
Pagamentos	10 735 958	15 204 926	- 29,4 %
em % das autorizações	10,2 %	73,9 %	- 63,7 %

Observação:

(*) Artigos 13.º, n.ºs 1 e 4, do Regulamento Financeiro.

(**) Artigos 13.º, n.º 2, alínea a), e n.º 5, do Regulamento Financeiro.

A. Receitas

4. As receitas inscritas nas contas em 31 de dezembro de 2012 totalizavam 175 541 860 EUR (2011: 173 293 432 EUR), e incluíam 2 274 843 EUR de receitas afetadas (2011: 23 815 077 EUR).

B. Orçamento inicial e orçamentos rectificativos

5. As dotações totais do orçamento definitivo do Parlamento para 2012 totalizaram 1 717 868 121 EUR, o que corresponde a um aumento de 1,9 % relativamente ao orçamento de 2011 (1 685 829 393 EUR).

C. Autorizações e pagamentos

6. As autorizações totalizaram 1 693 038 015 EUR, ou seja, 99 % das dotações finais (2011: 93 %). Os pagamentos totalizaram 1 387 580 140 EUR, ou seja, 82 % das autorizações concedidas (2011: 86 %).

D. Utilização das dotações transitadas de 2012 para 2013

7. As dotações de transição automática para o exercício de 2013 totalizaram 305 457 875 EUR, ou seja, 18 % das dotações autorizadas (2011: 14 %). Não houve transições não automáticas de dotações para o exercício de 2013.

E. Utilização das dotações transitadas de 2011 para 2012

8. As transições automáticas de dotações para 2012 totalizaram 222 900 384 EUR (2011: 231 028 630 EUR). Os pagamentos a título destas transições de dotações totalizaram 197 991 076 EUR, ou seja, 89 % (2011: 90 %). O montante anulado ascende, portanto, a 24 909 308 EUR, ou seja, mais 6 % que em 2011 (23 590 299 EUR). As anulações dizem essencialmente respeito aos seguintes artigos: artigo 2 0 0, «Imóveis», artigo 2 0 2 «Despesas relativas aos imóveis», artigo 1 4 0, «Outros agentes e pessoal externo», e artigo 3 2 4, «Produção e difusão»; as anulações relativas a estes quatro artigos representam 79 % do montante total anulado.
9. Os montantes anulados e as principais razões que conduziram à anulação são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2

Principais razões conducentes à anulação de dotações transitadas automaticamente de 2011 para 2012

Rubrica	Anulação	Principais motivos das anulações
Artigo 2 0 0 «Edifícios»	10 392 669	<p>Número 2 0 0 3, «Aquisição de bens imóveis»: anulação de 8,22 milhões de EUR relativos à Casa da Europa em Sófia. Na sequência da constatação de defeitos de obras, foi encetado um procedimento de preservação de provas junto do Tribunal de Sófia. As obras deverão estar concluídas no primeiro trimestre de 2013.</p> <p>Número 2 0 0 5, Construção de imóveis: anulação de 0,86 milhões de EUR relativos ao projeto KAD, Luxemburgo. Uma vez que o concurso público para a construção foi declarado sem resultados, esse facto suspendeu a conclusão das prestações de empreitada e as obras preparatórias das obras estruturais (ou seja, um total de cerca de 0,55 milhões de EUR). Além disso, a Cidade de Luxemburgo renunciou à taxa de licença de construção (cerca de 0,2 milhões de EUR).</p> <p>Número 2 0 0 7, «Arranjo das instalações» anulação de 0,99 milhões de EUR relativos a várias dezenas de autorizações diferentes.</p>
Artigo 2 0 2 «Despesas relativas aos imóveis»	4 218 757	<p>Número 2 0 2 4, «Consumo de energia»: anulação de 2,09 milhões de EUR que se explica pela necessidade de prever uma margem suficiente para cobrir as hipóteses mais desfavoráveis. É difícil calcular com precisão as dotações a transitar, já que a faturação anual ainda era muito parcial no montante de efetuar a transição.</p> <p>Número 2 0 2 2, «Limpeza e manutenção»: anulação de 1,53 milhões de EUR, dos quais, 0,83 milhões de EUR resultantes da não realização de certas operações de limpeza programadas devido a condições meteorológicas, a um custo menor que previsto de obras de securização dos tetos das salas de reuniões do Edifício Louise Weiss e a custo menor que previsto da manutenção dos elevadores. O saldo dos montantes não utilizados é proveniente de dezenas de autorizações diferentes.</p>
Artigo 1 4 0 «Outros agentes e pessoal externo»	3 086 743	Número 1 4 0 2, «Intérpretes de conferência»: anulação de 2,9 milhões de EUR. O montante transitado para 2012 incluía uma provisão para a adaptação salarial, na hipótese de que seria regularizada em 2012. O Tribunal de Justiça ainda não emitiu a sua decisão.
Artigo 3 2 4 «Produção e difusão»	1 878 452	<p>Número 3 2 4 2: anulação de 0,45 milhões de EUR. A maior parte das dotações remanescentes resulta de pequenos montantes das rubricas relativas aos gabinetes de informação devido a obrigações concentradas principalmente no fim de 2011.</p> <p>Número 3 2 4 6, «Canal de televisão do Parlamento»: anulação de 0,36 milhões de EUR na sequência da anulação ou contestação de três prestações (incompatibilidade técnica, qualidade insuficiente do material recebido, renúncia de certas entregas).</p> <p>Número 3 2 4 8: anulação de 0,45 milhões EUR. A anulação resulta de autorizações para contratos-quadro ou subvenções. Em ambos os casos, o resultado final é geralmente inferior ao montante contratual que deve ser transitado (condições de elegibilidade, volume das prestações reais).</p>

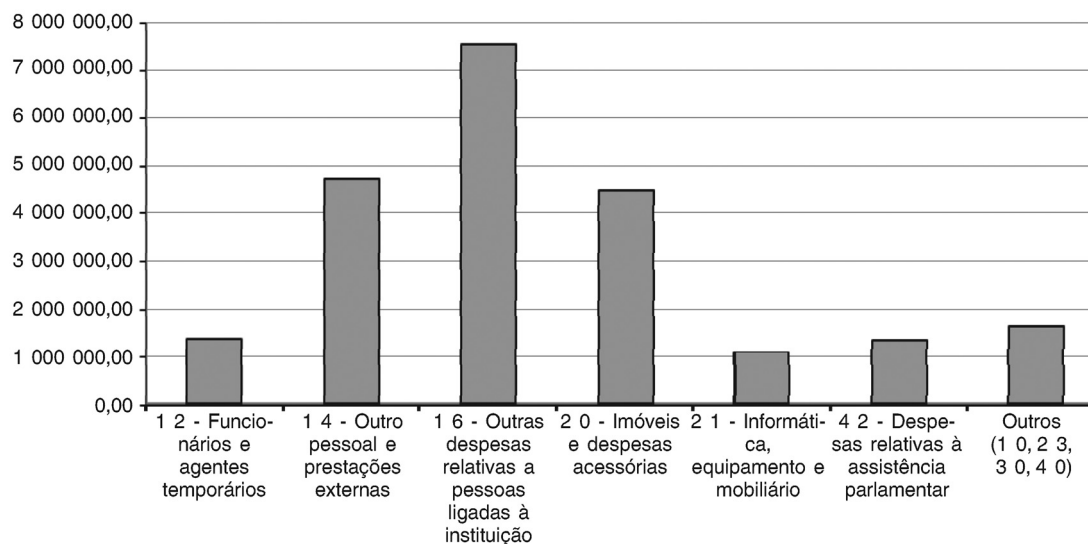
10. As transições não automáticas para 2012, nos termos do artigo 9.º, n.º 2-A, do Regulamento Financeiro ⁽¹⁾, ascenderam a 21 700 000 EUR. Dizem respeito aos números 2 0 0 3, «Aquisição de bens imóveis», por um valor de 15 000 000 EUR, 2 0 0 1, «Foros enfitêuticos», por um valor de 6 200 000 EUR e 2 0 0 5, «Construção de imóveis», por um valor de 500 000 EUR.
11. As dotações não transitadas automaticamente para 2012 foram objeto de pagamentos por um total de 15 649 030 EUR (72 %). Estes pagamentos dizem respeito essencialmente à aquisição de bens imóveis (primeira fração de pagamento no valor de 15 000 000 EUR e para o Edifício TREBEL, aquando da assinatura do contrato-promessa de compra e venda). Foi igualmente pago um montante de 456 180 EUR a título da construção de edifícios e um montante de 192 850 EUR a título de foros enfitêuticos.
12. As dotações transitadas automaticamente de 2011 para a aquisição e arranjo da Casa da Europa em Sófia (9 240 000 EUR do número 2 0 0 3) não puderam ser objeto de qualquer pagamento em 2011, devido a problemas de defeitos e não conformidade das obras de arranjo do edifício. Foi encetado junto do Tribunal de Sófia um procedimento de preservação de provas. As obras relativas ao arranjo específico do edifício deverão ser concluídas até ao primeiro trimestre de 2013. O contrato em vigor prevê que o pagamento total apenas seja efetuado após a conclusão das obras de renovação e a receção do edifício.

F. Dotações disponíveis de receitas afetadas

13. As receitas afetadas disponíveis em 2012 totalizaram 22 274 843 EUR (2011: 23 815 077 EUR). As autorizações ascenderam a 18 028 503 EUR, correspondentes a uma taxa de execução de 81 %, o que constitui um nítido aumento relativamente aos anos precedentes (2011: 52 %, 2010: 13 %). Os pagamentos totalizaram 11 216 674 EUR, ou seja, 62 % das autorizações inscritas (2011: 82 %).
14. A origem das dotações relativas a receitas afetadas em 2012 é analisada no gráfico seguinte:

Gráfico 1

Dotações disponíveis a título de receitas afetadas em 2012 por capítulo



15. As dotações disponíveis a título de receitas afetadas transitadas para 2012 totalizam 107 592 247 EUR (2011: 110 017 852 EUR). O essencial (90 %) das dotações disponíveis por conta de receitas afetadas transitadas para 2012 provêm do capítulo 2 0. Resulta principalmente de um pagamento de 85 897 000 EUR efetuado pelo Estado belga, em 27 de janeiro de 2010, no âmbito da tomada a cargo do terreno dos Edifícios D4 e D5 e das despesas de viabilização da placa que cobre a Estação de Bruxelas-Luxemburgo.

⁽¹⁾ Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 do Conselho, de 25 de junho de 2002, que institui o Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias (JO L 248 de 16.9.2002, p. 1).

16. As autorizações concedidas a título de receitas afetadas transitadas totalizaram 105 482 187 EUR (2011: 20 580 678 EUR). Os pagamentos efetuados em 2012 correspondem a 10 % das autorizações concedidas, em nítido recuo relativamente ao ano precedente (2011: 74 %). O essencial das autorizações concedidas em 2012 decorre da aquisição do Edifício TREBEL, de acordo com a Decisão da Mesa, de 30 de novembro de 2011, e cujos pagamentos ocorrerão a partir de 2013 (cf. subtítulo H subsequente).
17. Um montante de 106 795 839 EUR foi transferido para o exercício de 2013, do qual, 10 051 047 EUR são provenientes das dotações disponíveis por conta de receitas afetadas (as anulações de dotações ascendem a 1 007 122 EUR) e 96 744 792 EUR das dotações disponíveis por conta de receitas afetadas transitadas (as anulações de dotações ascendem a 111 496 EUR). O montante de 85 897 000 EUR pago pelo Governo belga em janeiro de 2010 (cf. n.º 15) constitui uma receita externa afetada na aceção do artigo 21.º, n.º 2, do Regulamento Financeiro. As dotações disponíveis por conta de receitas afetadas internas transitadas totalizam 20 898 839 EUR.

G. Anulação de dotações correntes

18. Foi anulado um montante de 24 830 106 EUR (2011: 93 651 335 EUR), correspondente a 1,4 % das dotações finais (2011: 5,6 %). As principais razões desta anulação são as apresentadas no quadro seguinte:

Quadro 3

Principais razões conducentes à anulação de dotações correntes em 2012

Artigo	Dotações anuladas (EUR)	Em % do total anulado	% anulação/artigo	Principais razões que conduziram à anulação
4 2 2 Assistência parlamentar	3 968 353	16 %	2,1 %	Anulação de 3,75 milhões de EUR destinados a assistentes parlamentares locais. Esta anulação deve-se a uma sobrestimação da procura de assistentes locais. Os deputados não utilizaram completamente o seu montante global para assistência parlamentar.
3 2 4 Produção e difusão	2 299 041	9 %	2,5 %	Anulação de 0,95 milhões de EUR do número 3 2 4 4, «Organização e receção de grupos de visitantes, programa Euroscola e convites a multiplicadores de opinião de países terceiros». As provisões orçamentais são calculadas com base no custo e na utilização médios destes programas. O nível de autorizações depende, portanto, da utilização feita pelos utilizadores (número real de visitantes e respetiva proveniência). Além disso, pode suceder que as dotações reservadas não sejam utilizadas devido à anulação de uma visita. Em caso de anulação no fim do ano, estas dotações não podem ser reutilizadas e são consequentemente anuladas. Anulação de 0,38 milhões de EUR do número, «Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas». Anulação de 0,42 milhões de EUR do número 3 2 4 5, «Organização de colóquios, seminários e ações culturais». As anulações de dotações destes dois números devem-se principalmente à liquidação de autorizações dos 34 gabinetes de informação. Individualmente, estas autorizações representam pequenos montantes correspondentes a liquidações individuais de fim de ano, após constatação do termo das obrigações correspondentes.

Artigo	Dotações anuladas (EUR)	Em % do total anulado	% anulação/artigo	Principais razões que conduziram à anulação
2 0 2 Despesas relativas aos imóveis	2 215 036	9 %	2,1 %	Anulação de 1,08 milhões de EUR do número 2 0 2 6, «Segurança e vigilância dos imóveis». Esta anulação resulta de economias realizadas na sequência da racionalização da política de segurança e da internalização do serviço. Anulação de 0,74 milhões de EUR do número 2 0 2 4, «Consumo de energia». O montante da anulação abrange os três locais de trabalho, assim como os gabinetes de informação. Não é possível calcular de forma absolutamente exata as dotações a inscrever no orçamento, pois dependem de um número importante de fatores que podem variar: condições climáticas, encargos de exploração dos edifícios, variação dos custos unitários e impacto das economias de energia. A fim de preaver qualquer risco e de respeitar os princípios da precaução, deve ser prevista uma margem suficiente para evitar qualquer situação adversa.
1 0 0 Dotações provisionais	1 926 466	8 %	100,0 %	Remanescentes.
1 0 1 Reserva para imprevistos	1 664 172	7 %	100,0 %	Remanescentes.
1 4 0 Outros agentes e pessoal externo	1 504 584	6 %	1,7 %	Anulação de 0,86 milhões de EUR do número 1 4 0 0, «Outros agentes». Anulação de 0,5 milhões de EUR do número 1 4 0 2, «Intérpretes de conferência».
2 0 0 Edifícios	1 375 891	6 %	0,9 %	Anulação de 0,81 milhões de EUR do número 2 0 0 7, «Arranjo das instalações». Anulação de 0,43 milhões de EUR do número 2 0 0 8, «Gestão imobiliária específica».
1 2 0 Remuneração e outros direitos	1 357 427	5 %	0,2 %	Anulação de 1,36 milhões EUR do número 1 2 0 0, «Remuneração e subsídios».
2 1 0 Prestações informáticas e de telecomunicações	1 043 631	4 %	0,9 %	Anulação de 0,71 milhões de EUR do número 2 1 0 2, «Prestações de pessoal externo». Anulação de 0,33 milhões de EUR do número 2 1 0 0 «Equipamento e suporte lógico».
3 0 4 Despesas diversas de reunião	1 037 300	4 %	14,7 %	Anulação de 0,47 milhões de EUR do número 3 0 4 2, «Reuniões, congressos e conferências». Anulação de 0,26 milhões de EUR do número 3 0 4 4, «Conferência Parlamentar sobre a OMC e outras reuniões das delegações interparlamentares»: é difícil calcular o custo das delegações devido ao seu grande número (mais de 100 por ano) e às incertezas ligadas aos programas previsionais que servem de base à elaboração do orçamento. Anulação de 0,21 milhões de EUR do número 3 0 4 8, «Assembleia Parlamentar para o Mediterrâneo»: apesar de o acordo entre o PE e o Governo belga, que estabelece a personalidade jurídica da Assembleia, ter sido assinado em julho de 2012, a criação do secretariado, o estabelecimento do orçamento e a abertura de conta bancária respetivos ainda não estão concluídos.

H. Transferências

19. Durante o exercício, foram aprovadas dez transferências C (incluindo a transferência de dotações residuais, dita de «ramassage») nos termos dos artigos 24.º e 43.º do Regulamento Financeiro (1). O valor total destas transferências foi de 80 462 015 EUR, ou seja, 4,7 % das dotações finais (em 2011: nove transferências representaram 3,7 % das dotações finais). O Presidente aprovou oito transferências P de dotações correntes, nos termos do artigo 22.º, n.º 1, do Regulamento Financeiro (2), por um total de 10 379 775 EUR, ou seja, 0,6 % das dotações finais (em 2011: nove transferências representaram 0,7 % das dotações finais). Além disso, o Presidente aprovou também uma transferência de dotações disponíveis por conta de receitas afetadas transitadas, no valor de 88 924 943 EUR, relativa ao projeto TREBEL. Esta transferência excecional mais constitui uma adaptação técnica que não altera a natureza da afetação (3), pois o Edifício TREBEL será adquirido em plena propriedade e não através de uma convenção de enfiteuse.
20. Em resumo, foram aprovadas em 2012 dezoito transferências C e P de dotações correntes, por um montante de 90 841 790 EUR, ou seja, 5,3 % das dotações finais (2011: dezoito transferências, por um total de 73 903 546 EUR, ou seja, 4,4 % das dotações finais), às quais há que acrescentar uma transferência P de carácter técnico a título de dotações disponíveis por conta de receitas afetadas transitadas, no valor de 88 924 943 EUR.

Quadro 4

Transferências por base jurídica

Número de transferências	Montante transferido (EUR)	em % das dotações finais
<i>Transferências C (artigos 24.º e 43.º)</i>		
10 transferências C	80 462 015	4,7 %
das quais, «ramassage» (C10)	45 000 000	2,6 %
<i>Transferências P (artigo 22.º, n.º 1)</i>		
8 transferências P de dotações correntes	10 379 775	0,6 %
1 transferência P de receitas afetadas	88 924 943	N.A.
Transferências C+P de dotações correntes	90 841 790	5,3 %
Transferência P de receitas afetadas	88 924 943	N.A.

Quadro 5

Análise das transferências C por rubrica beneficiária

Rubrica beneficiária		Transferência	Montante transferido (EUR)
1 0 0 4	Despesas ordinárias de viagem	C7	9 400 000
1 0 0 5	Outras despesas de viagem	C7	2 292 015
1 0 2	Subsídios transitórios	C2	230 000

(1) Artigo 24.º – «Decisão da autoridade orçamental» e artigo 43.º – «Decisão da autoridade orçamental para a transferência de dotações provisionais» do Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002.

(2) Decisão da instituição para transferências dentro de um artigo.

(3) Transferência do número 2 0 0 1, «Foros enfiteuticos» para o número 2 0 0 3, «Aquisição de bens imóveis».

		(EUR)	
	Rubrica beneficiária	Transferência	Montante transferido
1 4 2 0	Prestações externas	C6	3 200 000
2 0 0 1	Foros enfitêuticos	C10	10 000 000
2 0 0 3	Aquisição de bens imóveis	C10	35 000 000
2 0 0 7	Arranjo das instalações	C8	2 000 000
2 0 2 2	Conservação, manutenção e limpeza dos imóveis	C1	2 000 000
2 1 0 0	Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação	C5	9 246 000
2 1 0 0	Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação	C9	1 800 000
2 1 0 2	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação	C5	739 000
2 1 0 2	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação	C9	4 030 000
2 3 2 0	Despesas de contencioso e danos	C3	450 000
3 2 4 5	Organização de colóquios, seminários e ações culturais	C4	75 000
Total			80 462 015

Quadro 6

Análise das transferências C por rubrica orçamental beneficiária

Categoria de despesas destinatárias da transferência	Objeto	Transferência	Montante transferido (EUR)	%
Política imobiliária	Conservação, manutenção, gestão e limpeza dos imóveis	C1	2 000 000	2 %
	Casa da História Europeia	C8	2 000 000	2 %
	Edifício TREBEL	C10	35 000 000	43 %
	Projeto KAD	C10	10 000 000	12 %
Total Edifícios			49 000 000	61 %
Deputados	Subsídios transitórios	C2	230 000	0 %
	Despesas de viagem	C7	11 692 015	15 %
Total dos Deputados			11 922 015	15 %

Categoria de despesas destinatárias da transferência	Objeto	Transferência	Montante transferido (EUR)	%
Administração	Despesas jurídicas imprevistas (relativas ao Hemisfério de Estrasburgo, aos edifícios em Bruxelas e ao projeto KAD)	C3	450 000	1 %
Total Administração			450 000	1 %
Informação	Prémio Sakharov (pagamento do Prémio 2008 e tomada a cargo das despesas de viagem dos vencedores precedentes)	C4	75 000	0 %
Total Informação			75 000	0 %
Tecnologias de informação e comunicação	Extensão da cobertura WiFi nos locais do PE e substituição de uma parte da infraestrutura de rede e dos equipamentos individuais	C5	9 985 000	12 %
		C9	5 830 000	7 %
Total T.I.			15 815 000	20 %
Multilinguismo	Aumento dos pedidos de tradução	C6	3 200 000	4 %
			3 200 000	4 %
Total			80 462 015	100 %

H.1. Transferências a partir de dotações provisionais

21. Esta secção trata da utilização das dotações do capítulo 10 0, «Dotações provisionais», e do capítulo 10 1, «Reserva para imprevistos». Estes capítulos, constantes no título 10, «Outras despesas», são subsequentemente designados por «dotações provisionais» no presente relatório. O título 10, «Outras despesas», constitui a principal fonte de transferências, exceto «ramassage», já que 73 % das transferências, exceto esta última, são provenientes deste título (25 902 015 EUR de um total de 35 462 015 EUR).
22. Deste montante, 10 192 015 EUR destinaram-se aos deputados, 9 985 000 EUR à informática, 3 200 000 EUR ao multilinguismo e 2 000 000 EUR à política imobiliária. O destino das transferências de dotações provisionais e o seu objeto são os seguidamente descritos.

Quadro 7

Finalidade das transferências a partir de dotações provisionais

Artigo origem	Transferência	Rubrica de destino	Objetivo	Montante transferido (EUR)
10 0	C7	1 0 0 4 1 0 0 5	Libertação da reserva para as despesas de viagem dos deputados: despesas de viagem ordinárias (sessões, comissões e suas delegações e outros), assim como outras despesas de viagem. Na sua Resolução de 26 de outubro de 2011, o Parlamento decidiu uma redução de 5 % das despesas de viagem dos deputados e, simultaneamente, a colocação na reserva de 15 % das dotações relativas a este tipo de despesas. As economias realizadas em matéria de despesas de viagem dos deputados em 2012 limitaram-se à não indexação dos subsídios, pelo que foi necessário proceder a uma saída da reserva.	10 192 015
Total dos Deputados				10 192 015

(EUR)				
Artigo origem	Transferência	Rubrica de destino	Objetivo	Montante transferido
10 0	C8	2 0 0 7	Libertação da reserva para as obras e o seguimento das obras da Casa da História Europeia, na sequência da apresentação do relatório de gestão pedido pela Comissão dos Orçamentos.	2 000 000
Total Edifícios				2 000 000
10 1	C3	2 3 2 0	Libertação da reserva para pagar despesas jurídicas imprevistas (relativas ao Hemiciclo de Estrasburgo, a edifícios em Bruxelas e ao projeto KAD).	450 000
Total Administração				450 000
10 1	C4	3 2 4 5	Pagamento do Prémio Sakharov 2008 e das despesas de viagem e alojamento dos quatro vencedores precedentes convidados ao Conselho da Europa e ao PE.	75 000
Total Informação				75 000
10 1	C5	2 1 0 0 2 1 0 2	Libertação da reserva para despesas informáticas (extensão da cobertura Wifi nos locais do Parlamento Europeu, substituição de uma parte da infraestrutura de rede e de equipamento individuais).	9 985 000
Total TI				9 985 000
10 1	C6	1 4 2 0	Libertação da reserva para a tradução externa (aumento dos pedidos de tradução).	3 200 000
Total Multilinguismo				3 200 000
Total				25 902 015

H.2. Transferências de outras origens

23. Esta secção examina as transferências efetuadas a partir de outras origens que não o título 10, «Outras despesas». Foi transferido a partir de outros títulos em total de 54 560 000 EUR, dos quais, 45 000 000 EUR aquando da transferência de dotações residuais («ramassage»). As despesas relativas à política imobiliária representaram a parte mais importante destas transferências, ou seja, 86 %, seguidas das despesas relativas à informática (11 %) e das despesas relativas aos deputados (3 %). Os Quadros 8.a e 8.b apresentam uma panorâmica destas transferências.

Quadro 8.a

Origem das transferências C de outras rubricas que não as dotações provisionais, exceto «ramassage»

(EUR)			
Transferência	Rubrica de origem	Objeto	Montante transferido
C1	2 0 0 1	Transferência do número «Foros enfitêuticos» para o número «Conservação, manutenção, gestão e limpeza dos imóveis», a fim de permitir a implementação da nova política de manutenção decidida pela Mesa em 24 de março de 2010 (novo contrato de manutenção).	2 000 000
C2	1 0 1 0	Transferência do número «Cobertura dos riscos de acidente, de doença e outras intervenções sociais» para o artigo «Subsídios transitórios», tornada necessária pelo número superior ao previsto de demissões de deputados do PE.	230 000
C7	1 0 0 4	Transferência do número «Despesas ordinárias de viagem» para o número «Outras despesas de viagem», atendendo ao facto de o número de pedidos dos deputados por conta desta rubrica ter sido superior ao previsto.	1 500 000

(EUR)			
Transferência	Rubrica de origem	Objeto	Montante transferido
C9	1 4 0 2	Transferência do número «Telecomunicações» e do número «Intérpretes de conferência» para os números «Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação» e «Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação», a fim de financiar a extensão da cobertura WiFi nos locais do PE e a substituição de uma parte da infraestrutura de rede e dos equipamentos individuais.	3 100 000
	2 3 5 0		2 730 000
Total			9 560 000

Quadro 8.b

Especificação da transferência C10, dita «de ramassage»

Capítulo origem	Designação	Montante (EUR)	% das dotações iniciais	% do total transferido	Observações
1 0	Membros da instituição	2 697 516	1 %	6 %	Consumo menor que previsto das dotações dos números «Subsídios» e «Subsídios para despesas gerais» devido à não indexação de 2011 e 2012, assim como dos números «Pensões de sobrevivência» e «Cobertura dos riscos de acidentes, de doença e de outras intervenções sociais».
1 2	Funcionários e agentes temporários	14 480 000	3 %	32 %	Consumo de dotações menor que previsto devido à não indexação das remunerações em 2011 (processo em curso no Tribunal de Justiça) e em 2012.
1 4	Outro pessoal e prestações externas	8 085 000	7 %	18 %	Consumo de dotações inferior ao previsto devido à não indexação das remunerações em 2011 (processo em curso no Tribunal de Justiça) e em 2012. Foi também possível realizar importantes economias relativamente à interpretação externa graças às medidas decididas pela Mesa no domínio do multilinguismo.
1 6	Outras despesas relativas a pessoas ligadas à instituição	280 000	2 %	1 %	Este montante corresponde a excedentes técnicos existentes nos números «Despesas de recrutamento» e «Mobilidade».
2 0	Imóveis e despesas acessórias	5 065 000	2 %	11 %	As principais economias resultam do adiamento de concursos públicos relativos à «Construção de edifícios» e à internalização e racionalização das atividades ligadas à segurança.
2 1	Informática, equipamento e mobiliário	900 000	1 %	2 %	Este montante resulta de um nível menor que previsto de pedidos de equipamento para os terceiros assistentes parlamentares.
2 3	Despesas de funcionamento administrativo corrente	1 887 136	13 %	4 %	Mais de metade deste montante é proveniente da rubrica «Compensação das emissões de carbono do PE» devido a atrasos na conclusão de um concurso, assim como de uma importante descida do preço da tonelada de CO ₂ em 2011. As restantes economias resultam principalmente de uma procura inferior à prevista de material de escritório e consumíveis diversos.

Capítulo origem	Designação	Montante (EUR)	% das dotações iniciais	% do total transferido	Observações
3 0	Reuniões e conferências	3 666 387	10 %	8 %	3 000 000 de EUR resultam de uma redução das deslocações em serviço dos funcionários entre os três locais de trabalho e o saldo da rubrica de um consumo menor de dotações para despesas de organização de reuniões e conferências.
3 2	Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo e produção e difusão	1 641 600	1 %	4 %	Menor procura que prevista de conhecimentos técnicos, nomeadamente nos domínios das políticas internas, da segurança e vigilância, da análise de impacto e da utilização de bases de dados externas.
4 0	Despesas específicas de certos órgãos e instituições	297 361	0 %	1 %	Este montante resulta de excedentes técnicos nos artigos relativos ao financiamento dos grupos políticos e fundações políticas europeias.
4 2	Despesas relativas à assistência parlamentar	6 000 000	3 %	13 %	Consumo de dotações inferior ao previsto devido à não indexação das remunerações em 2011 (processo em curso no Tribunal de Justiça Europeu) e em 2012, assim como a um pedido inferior ao previsto de contratos com assistentes locais.
Total		45 000 000	3 %	100 %	

Rubrica beneficiária	Designação	Montante (EUR)	% das dotações iniciais	% do total transferido	Objeto
2 0 0 1	Foros enfitêuticos	10 000 000	39 %	22 %	Construção do novo Edifício KAD no Luxemburgo.
2 0 0 3	Aquisição de bens imóveis	35 000 000	N.A.	78 %	Segunda prestação para a aquisição do Edifício TREBEL em Bruxelas. Esta transferência representa 90 % do montante das dotações finais deste número.
Total		45 000 000	3 %	100 %	

24. Esta transferência foi proposta pelo grupo de trabalho sobre o orçamento do Parlamento, constituído pela Mesa e a Comissão dos Orçamentos, e permitiu mobilizar os fundos necessários ao pagamento de adiantamentos relativos à aquisição do Edifício TREBEL e à construção do novo Edifício KAD, tendo permitido economias estimadas em à 10,4 milhões de EUR de despesas financeiras durante a duração da construção e de amortização do empréstimo.

25. As transferências P encontram-se, por sua vez, resumidas no Quadro 9.

Quadro 9

Destino das transferências P

(EUR)

Número	Descrição	Transferência	Montante transferido	
2 0 0 3	Aquisição de bens imóveis	P6	Saldo do financiamento do Edifício TREBEL	88 924 943
Total transferências de dotações disponíveis de receitas afetadas transitadas			88 924 943	
2 0 0 3	Aquisição de bens imóveis	P8	Transferência necessária para assegurar a prossecução da cobertura financeira do contrato de aquisição da Casa da Europa em Sófia.	3 753 000

(EUR)				
Número		Transferência	Descrição	Montante transferido
2 1 0 2	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação	P1	Revisão da repartição das dotações de forma mais eficaz, a fim de ter em conta o plano informático 2012 adotado no início do ano, assim como novas necessidades que se revelaram entretanto (migração do correio eletrónico, modernização do sistema telefónico, repertório interinstitucional).	3 517 300
3 2 4 1	Publicações digitais e tradicionais	P2		500 000
3 2 4 1	Publicações digitais e tradicionais	P4	Reequilíbrio do orçamento a favor dos programas «paperless» e Intranet, a fim de reduzir o número de páginas pedidas ao JO.	500 000
3 2 4 1	Publicações digitais e tradicionais	P9	Assegurar o arranque do novo instrumento CAT (Computer-Assisted Translation).	45 000
3 2 4 2	Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas	P5	O refinanciamento diz respeito às subvenções nos domínios:	954 475
3 2 4 5	Organização de colóquios, seminários e ações culturais	P5	a) Da Internet, destinadas a reforçar a presença dos cidadãos na Rede e a favorecer a democracia «on-line», e b) Eventos, destinados a reforçar o plano da democracia participativa.	310 000
4 2 2 2	Diferenças cambiais	P3	Os pagamentos relativos às despesas de assistência parlamentar em 2012 foram efetuadas utilizando uma taxa de câmbio fixa para todo o ano entre o euro e as outras divisas (taxa do mês de dezembro de 2011). A importante desvalorização do euro em 2012 relativamente às outras divisas europeias gerou diferenças cambiais mais acentuada que previsto no que diz respeito ao pagamento dos vencimentos e honorários dos assistentes locais.	500 000
4 2 2 2	Diferenças cambiais	P7		300 000
Total de transferências de dotações correntes				10 379 775

II. GESTÃO FINANCEIRA POR CAPÍTULOS

26. A presente secção apresenta a utilização das dotações por capítulo orçamental, volume relativo no conjunto do orçamento e evolução relativamente ao exercício precedente. Quatro capítulos representam por si sós 70 % do conjunto das autorizações. Trata-se dos capítulos 1 0 «Membros da instituição», 1 2 «Funcionários e agentes temporários», 2 0 «Imóveis e despesas acessórias» e 4 2 «Despesas relativas à assistência parlamentar».

27. O Quadro 10 apresenta, por capítulos, a evolução das dotações autorizadas em 2012 relativamente ao exercício de 2011. Os gráficos 2 e 3 ilustram as proporções relativas e a evolução de 2011 para 2012.

Quadro 10

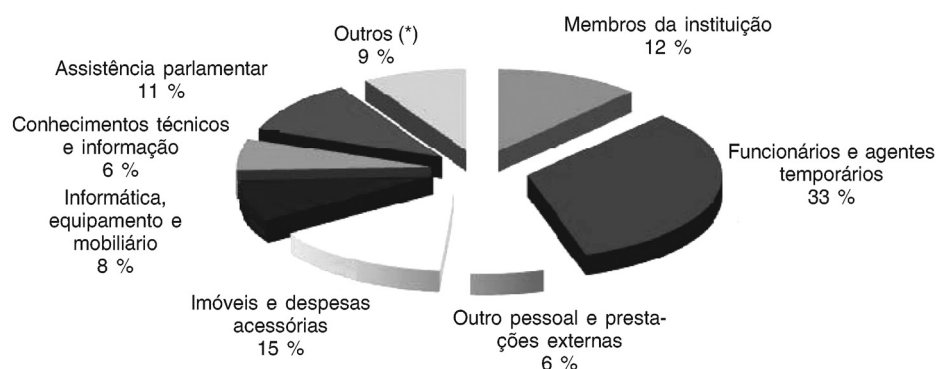
Evolução das autorizações de dotações de 2012 relativamente a 2011

(EUR)

Capítulo	Rubrica	2012	2011	Diferença	Variação 2011/2012
1 0	Membros da instituição	204 267 112	195 411 480	8 855 632	5 %
1 2	Funcionários e agentes temporários	560 700 762	540 454 419	20 246 343	4 %
1 4	Outro pessoal e prestações externas	102 483 098	118 800 097	- 16 316 999	- 14 %
1 6	Outras despesas relativas a pessoas ligadas à instituição	16 699 823	14 489 624	2 210 199	15 %
Título 1 – Pessoas ligadas à instituição		884 150 794	869 155 619	14 995 175	2 %
2 0	Imóveis e despesas acessórias	248 864 928	195 529 891	53 335 037	27 %
2 1	Informática, equipamento e mobiliário	142 804 433	117 290 772	25 513 660	22 %
2 3	Despesas de funcionamento administrativo corrente	9 476 760	9 652 197	- 175 437	- 2 %
Título 2 – Imóveis, mobiliário, equipamento e despesas diversas de funcionamento		401 146 121	322 472 860	78 673 261	24 %
3 0	Reuniões e conferências	32 624 325	32 807 760	- 183 435	- 1 %
3 2	Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo, produção e difusão	105 967 314	92 059 312	13 908 003	15 %
Título 3 – Despesas resultantes de funções gerais executadas pela instituição		138 591 639	124 867 072	13 724 567	11 %
4 0	Despesas específicas de certos órgãos e instituições	87 917 639	83 078 152	4 839 486	6 %
4 2	Despesas relativas à assistência parlamentar	180 871 822	170 564 354	10 307 468	6 %
4 4	Reuniões e outras atividades dos deputados e antigos deputados	360 000	340 000	20 000	6 %
Título 4 – Despesas resultantes de funções específicas executadas pela instituição		269 149 461	253 982 506	15 166 955	6 %
Título 10 – Outras despesas		0	0	0	—
Total		1 693 038 015	1 570 478 058	122 559 957	8 %

Gráfico 2

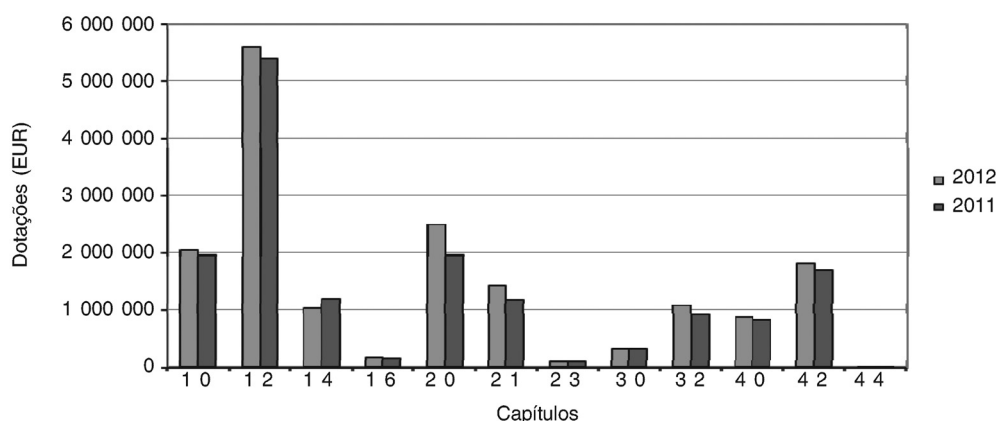
Repertição das autorizações de 2012 por capítulos



(*) Outros (capítulos 1 6, 2 3, 3 0, 4 0, 4 4).

Gráfico 3

Evolução das dotações autorizadas por capítulo em 2011 e 2012



A. Capítulo 10, «Membros da instituição»

28. Os encargos relativos aos deputados totalizaram 204 267 112 EUR em 2012, ou seja, 12 % do total de autorizações do exercício. Trata-se de uma progressão de 8,9 milhões de EUR, ou seja, um aumento de 5 % relativamente a 2011. Esta progressão do volume de autorizações é concomitante a uma diminuição de 5 % do montante das dotações finais relativamente ao ano precedente. Daí resulta a existência de uma taxa de anulação de dotações quase nula, ao passo que foi de 9 % em 2011.
29. As dotações dos números 1 0 0 0, «Subsídios» e 1 0 0 6, «Subsídio de despesas gerais» (destinado a cobrir as despesas resultantes das atividades parlamentares dos deputados) totalizaram 108 108 469 EUR e representaram 53 % do total de autorizações do capítulo. Progrediram de 3 % relativamente às autorizações de 2011. O subsídio mensal (salário bruto) é de 7 957 EUR por deputado e o subsídio de despesas gerais é de 4 299 EUR.
30. As despesas dos números 1 0 0 4, «Despesas ordinárias de viagem», e 1 0 0 5, «Outras despesas de viagem», foram de 78 882 170 EUR, ou seja, 39 % do total das autorizações do capítulo 1 0. O aumento do volume de autorizações do capítulo resulta, em metade, da progressão destes dois números (aumento de 4 541 265 EUR). O número 1 0 0 5, que cobre as despesas de viagem e de estadia correspondentes às deslocações de ida e volta aos locais de trabalho e outras deslocações em serviço, aumentou de 48 % relativamente a 2011. Com efeito uma proporção significativa dos pedidos de reembolso dos deputados relativos ao exercício de 2011 foram efetuados em 2012, nos termos da regulamentação que prevê que os pedidos de reembolso de um determinado ano possam ser apresentados até 31 de outubro do ano seguinte.

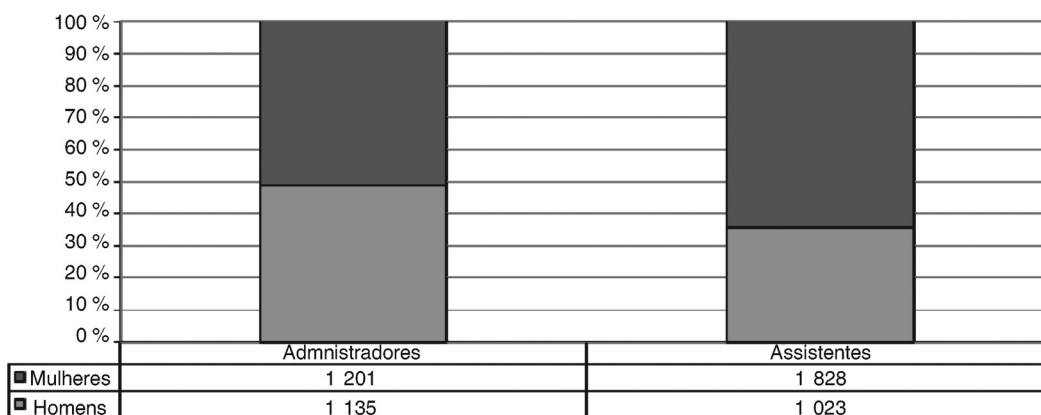
31. Em 2012 ⁽¹⁾, os deputados ⁽²⁾ efetuaram 18 314 viagens para participar nas sessões plenárias em Estrasburgo e Bruxelas, 35 314 viagens para participar em reuniões de comissões em Bruxelas e 2 653 viagens para participar em reuniões dos grupos políticos em Bruxelas ⁽³⁾. Relativamente às viagens fora dos três locais de trabalho habituais do Parlamento, 1 290 diziam respeito a reuniões de comissões e 1 946 a reuniões dos grupos políticos, às quais se vieram acrescentar 1 706 deslocações relativas a reuniões das delegações parlamentares.
32. As autorizações do número 1 010, «Cobertura dos riscos de acidente, de doença e outras intervenções sociais», totalizaram 2 399 615 EUR, ou seja 1 % do total de autorizações do respetivo capítulo. Aumentaram de 92 % relativamente a 2011 devido ao aumento do número de deputados que recorreram ao sistema de reembolso de despesas médicas. Este aumento é contínuo desde o estabelecimento do sistema, em 2009, e prevê-se que esta tendência prossiga, pois a velocidade de cruzeiro ainda não foi atingida.

B. Capítulo 12, «Funcionários e agentes temporários»

33. Os encargos relativos aos funcionários e agentes temporários totalizaram 560 700 762 EUR em 2012, constituindo a maior categoria de despesas, com 33 % do total das autorizações de 2012. Este montante representa um aumento de 20,25 milhões de EUR, ou seja, mais 4 % em comparação com o exercício precedente. A dinâmica do capítulo resulta essencialmente do número 1 200, «Remunerações e subsídios», que representa 99 % das dotações.
34. O montante das autorizações concedidas por conta do número 1 200, «Remunerações e subsídios», foi de 555 375 070 EUR. Esta rubrica orçamental caracteriza-se por um excedente de dotações em 2012 e constituiu o maior número tributário de dotações para a transferência de «ramassage», tendo cedido 13 milhões de EUR, ou seja, o equivalente a 3 % das dotações iniciais e 29 % do montante transferido (cf. Quadro 8.b). Este excedente explica-se principalmente pelo facto de, aquando do cálculo do orçamento para 2012, ter sido tida em conta a adaptação anual das remunerações a título de 2011 e 2012 que, finalmente, ainda não ocorreu.
35. Em 2012, foram recrutados 324 funcionários e agentes temporários para o Secretariado-Geral, 58 agentes temporários para os grupos políticos e 399 contratados como assistentes parlamentares acreditados. No total, em 31 de dezembro de 2012, trabalhavam no Parlamento Europeu 5 941 funcionários e agentes temporários (dos quais, 5 187 no Secretariado-Geral e 754 nos grupos políticos), assim como 1 705 assistentes parlamentares acreditados.
36. Relativamente à repartição por géneros, as mulheres constituíam 26 % dos chefes de unidade, 33 % dos diretores e 33 % dos diretores-gerais em 31 de dezembro de 2012. O gráfico seguinte representa a repartição do pessoal por grupos de funções e por géneros.

Gráfico 4

Repartição do pessoal do Secretariado-Geral por géneros



Fonte: DG Pessoal.

⁽¹⁾ Viagens efetuadas durante o exercício de 2012 podem ser declaradas até 31 de outubro de 2013.

⁽²⁾ NB: 754 deputados em 2012 (736 em 2011).

⁽³⁾ Uma viagem é classificada na categoria «reuniões dos grupos políticos» mesmo que o deputado tenha podido participar numa reunião de uma comissão e vice-versa.

C. Capítulo 14, «Outro pessoal e prestações externas»

37. Os encargos relativos à rubrica «Outro pessoal e prestações externas» totalizam 102 483 098 EUR em 2012, ou seja, 6 % das autorizações. O capítulo conta com três rubricas principais de despesas: o número 1 4 0 2, «Intérpretes de conferência» com 45 % das autorizações, o número 1 4 0 0, «Outros agentes» ⁽¹⁾, com 34 %, e o número 1 4 2 0, «Prestações externas» ⁽²⁾, com 6 %.
38. As autorizações do capítulo registaram uma redução de cerca de 16,3 milhões de EUR relativamente a 2011, ou seja, uma baixa de 14 % relativamente a 2011. Esta evolução é principalmente devida à diminuição das autorizações dos números 1 4 2 0, «Prestações externas» (menos 42 %), e 1 4 0 2, «Intérpretes de conferência» (menos 19 %), na sequência das medidas estruturais de poupança lançadas pela instituição em 2012. As dotações do capítulo foram, além disso, reduzidas de cerca de 8 milhões de EUR no decurso do exercício (7 % do montante inicial), que alimentaram a transferência de «ramassage» com 18 % do montante transferido (cf. Quadro 8.b).
39. Relativamente ao número 1 4 0 2, «Intérpretes de conferência», as autorizações ascenderam a 46 000 000 EUR para cobrir, no âmbito da cooperação interinstitucional em particular, os honorários, cotizações sociais, despesas de deslocação e despesas de estadia dos intérpretes de conferência auxiliares contratados pelo Parlamento para assegurar a interpretação aquando das reuniões por si organizadas. O nível das autorizações é 10 964 283 EUR menor que em 2011, correspondentes a uma baixa de 19 %. Estas economias resultam da implementação integral, a partir de 1 de abril de 2012, das medidas estruturais de poupança decididas pela Mesa no domínio do multilinguismo, em dezembro de 2011.
40. Os intérpretes do Parlamento e os intérpretes de conferência auxiliares asseguraram 97 791 dias de interpretação em 2012 (2011: 109 907 dias ⁽³⁾) para o Parlamento e outras instituições ⁽⁴⁾, nos casos em que a interpretação devia ser assegurada pelo Parlamento (menos 11 % que em 2011). Os intérpretes do Parlamento asseguraram 51 109 dias (3 % menos que em 2011), contra 46 682 dias, no caso dos intérpretes auxiliares de conferência (menos 18 % que em 2011).
41. As autorizações do número 1 4 2 0, «Prestações externas» totalizaram 14 587 633 EUR, correspondentes a uma redução de 10 399 823 EUR relativamente a 2011, ou seja, uma diminuição de 42 %. O essencial da variação resulta da diminuição drástica das despesas ligadas à tradução do relato integral das sessões, que representaram, em 2012, menos de um décimo do montante de 2011. Esta redução resulta da Decisão da Mesa, de setembro de 2011, segundo a qual, o relato integral das sessões e as perguntas escritas deixaram de ser sistematicamente traduzidos em 11 línguas oficiais, embora com a possibilidade de cada deputado poder pedir a tradução de extratos específicos e/ou perguntas na língua que escolher.
42. Relativamente ao número 1 4 0 0, «Outros agentes», as autorizações atingiram um montante de 34 790 888 EUR em progressão de 14 % relativamente a 2011. Este número serve para cobrir as remunerações incluindo os subsídios dos outros agentes, nomeadamente contratuais, agentes locais e conselheiros especiais, cotizações patronais para os diferentes regimes de segurança social, incidências dos coeficientes de correção aplicáveis às remunerações desses agentes, assim como a contratação de pessoal temporário. No que diz respeito ao pessoal contratual, encontravam-se empregados 675 elementos em 31 de dezembro de 2012. A repartição do pessoal contratual por grupos de funções ⁽⁵⁾ e por géneros é apresentada no Gráfico 5.

⁽¹⁾ Este número diz essencialmente respeito aos agentes contratuais.

⁽²⁾ Este número diz essencialmente respeito a prestações externas de tradução.

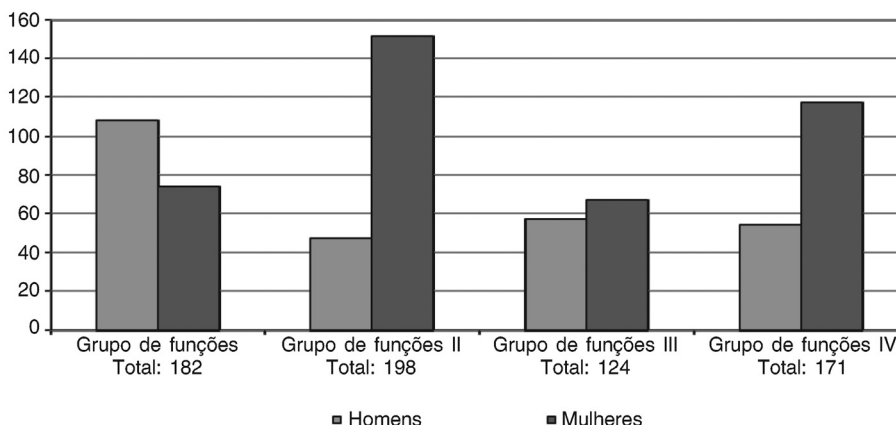
⁽³⁾ Dados revistos de 2012.

⁽⁴⁾ Tribunal de Contas, Provedor de Justiça, Centro de Tradução, reuniões da Comissão no Luxemburgo e, parcialmente, do Comité das Regiões.

⁽⁵⁾ O grupo de funções I corresponde a tarefas manuais e de apoio administrativo, o grupo de funções II a tarefas de gabinete, secretariado, direção de gabinete e outras tarefas equivalentes, o grupo de funções III às tarefas de execução, redação, contabilidade e outras tarefas técnicas equivalentes e o grupo de funções IV a tarefas administrativas, de aconselhamento e linguísticas, assim como a tarefas técnicas equivalentes.

Gráfico 5

Pessoal contratual por grupos de funções e por géneros em 2012



Fonte: DG Pessoal.

D. Capítulo 16, «Outras despesas relativas a pessoas ligadas à instituição»

43. Os encargos do capítulo 16 totalizam 16 699 823 EUR, correspondentes a 1 % do total das autorizações do exercício 2012. Correspondem a um aumento de 2 210 199 EUR, ou seja, 15 % relativamente a 2011.
44. No interior deste capítulo, 35 % das autorizações incidiram sobre o número 1 6 5 4, «Centro de primeira infância e creches convencionadas», 25 % sobre o número 1 6 1 2, «Aperfeiçoamento profissional», e 24 % sobre o número 1 6 5 2, «Despesas de funcionamento corrente dos restaurantes e cantinas».
45. A gestão externa da creche e da sala familiar da instituição em Bruxelas e as despesas acessórias constituem a parte mais importante do número 1 6 5 4. As dotações autorizadas por conta do conjunto de dotações desta rubrica totalizaram 5 840 796 EUR, em progressão de 9 % relativamente a 2011, e cobriram a contribuição do Parlamento para o conjunto das despesas do Centro de primeira infância e das creches externas com as quais foi celebrada uma convenção ⁽¹⁾.
46. Quanto ao número 1 6 1 2, «Aperfeiçoamento profissional», as dotações autorizadas totalizaram 4 177 428 EUR, em progressão de 7 % relativamente a 2011, e cobriram as despesas ligadas a cursos destinados a aumentar as competências do pessoal, assim como o desempenho e a eficácia da instituição. Em 2012, 5 089 pessoas participaram em cursos de línguas, 1 538 pessoas em ações de formação informática e 1 126 ações de formação no domínio financeiro. Cerca de 6 963 pessoas participaram em ações de formação geral organizadas a nível interno ⁽²⁾.
47. Quanto ao número 1 6 5 2, «Despesas de funcionamento corrente dos restaurantes e cantinas», as autorizações totalizaram 3 960 000 EUR, em progressão de 52 % relativamente a 2011. Esta situação explica-se por uma utilização mais rápida que no passado das dotações por conta de receitas afetadas, devido ao diferencial crescente entre os preços praticados e a evolução dos custos (salários e matérias-primas), resultando em prejuízos de exploração a cargo do orçamento. Em 1 de janeiro de 2013, foi implementada uma revisão dos preços. Em 2012, foram registadas cerca de 3 103 000 passagens pela caixa dos bares, restaurantes e cantinas, e 153 000 pela da central de compras.

E. Capítulo 20, «Imóveis e despesas acessórias»

48. As autorizações do capítulo 20 totalizaram 248 864 928 EUR, ou seja, 15 % das autorizações de 2012. O volume de autorizações aumentou de 53 335 037 EUR, correspondentes a uma progressão de 27 % relativamente ao seu nível de 2011. As dotações do capítulo aumentaram de quase 42 milhões de EUR no decurso do exercício (20 % do montante das receitas iniciais), principalmente aquando da transferência de «ramassage» (cf. Quadro 8.b).

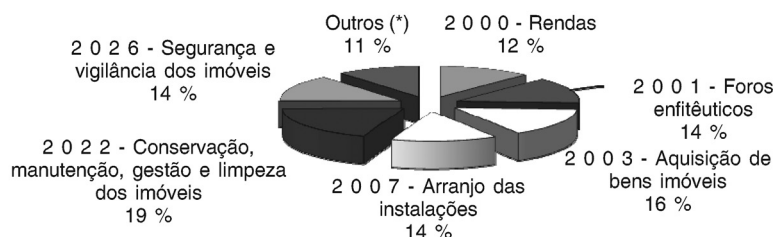
⁽¹⁾ NB: As receitas afetadas relativas a este número, provenientes das contribuições parentais totalizaram 4 451 335 EUR.

⁽²⁾ NB: Estes indicadores refletem uma nova repartição decorrente do módulo Streamline e não são diretamente comparáveis com os dados de 2011.

49. A evolução do nível das autorizações resulta essencialmente do número 2 0 0 1, «Foros enfitêuticos» (um aumento das autorizações no valor de cerca de 30 milhões de EUR, ou seja, 56 % do montante da variação), mas igualmente dos números 2 0 0 7, «Arranjo das instalações» (aumento de 48 %, correspondente a 21 % do total da variação) e 2 0 0 3, «Aquisição de bens imobiliários» (aumento de 23 %, correspondente a 14 % do total da variação).
50. A repartição das dotações do capítulo 2 0 por natureza das despesas é a apresentada no gráfico seguinte.

Gráfico 6

Repartição por número orçamental das autorizações do capítulo 2 0



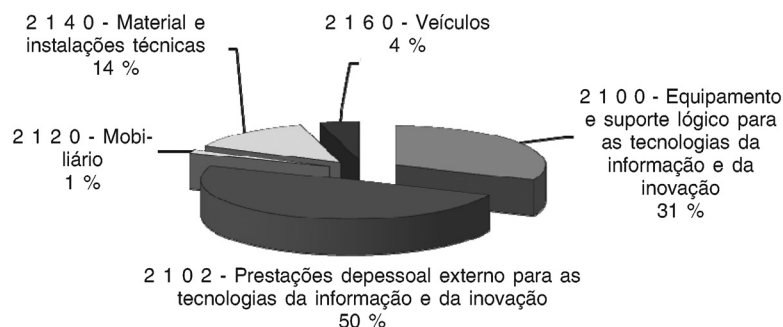
(*) Outros (2 0 0 5, 2 0 0 8, 2 0 2 4, 2 0 2 8).

51. As autorizações do número 2 0 2 2, «Conservação, manutenção, gestão e limpeza dos imóveis» totalizaram 48 638 644 EUR (20 % do capítulo) e cobriram o custo da manutenção dos locais, dos elevadores, sistemas de aquecimento e de climatização, e portas à prova de fogo, assim como trabalhos de pintura e obras de reparação, etc. As autorizações aumentaram 11 % relativamente a 2011 (+4 823 612 EUR). Esta evolução resulta da nova política de manutenção reforçada num contexto de envelhecimento dos edifícios. As dotações desta rubrica foram reforçadas com 2 milhões de EUR no decurso do exercício (aumento de 4 % em relação às dotações iniciais).
52. O número 2 0 0 3, «Aquisição de bens imóveis» – com uma dotação inicial «p.m.» – foi alimentado por um montante de 38 753 000 EUR através das transferências P8 e C10 (cf. Quadros 8.b e 9; a transferência P8, proveniente do número 2 0 0 0, «Rendas», teve por efeito reduzir 11 % da dotação inicial do número). Foi autorizada a totalidade (Edifício TREBEL e Casa da Europa em Sófia), que representa 16 % das autorizações do capítulo.
53. As autorizações relativas ao número 2 0 0 1, «Foros enfitêuticos» (14 % do capítulo) totalizaram 33 910 000 EUR, ou seja, quase 8 vezes o seu nível de 2011. Durante o exercício, as dotações deste número foram reforçadas com 8 000 000 EUR, correspondentes a um aumento de 31 % em relação às dotações iniciais, principalmente aquando da transferência de «ramassage» (cf. Quadros 8.a e 8.b). Foi autorizada a totalidade, essencialmente para o projeto de extensão do Edifício KAD, no Luxemburgo.
54. No que diz respeito ao número 2 0 0 7, «Arranjo das instalações» (14 % do capítulo), as autorizações totalizaram 34 811 824 EUR, em progressão de 48 % relativamente a 2011 (tendo as dotações iniciais aumentado de 51 EUR). Os arranjos de instalações em Bruxelas constituem a parte mais importante deste número (65 % das autorizações) e explicam o essencial da progressão das dotações e das autorizações. Em 2012, foi encetado e realizado um número importante de obras e projetos em Bruxelas. Os mais importantes dizem respeito ao projeto de renovação Eastman/Casa da História Europeia, para o qual foi autorizado um montante de quase 12,8 milhões de EUR em 2012. (Na sua reunião de 15 de novembro de 2012, a Comissão dos Orçamentos aprovou a libertação de 2 000 000 EUR da reserva para a Casa da História Europeia - cf. Quadro 7). Diversas obras e projetos incidiram também sobre os edifícios ocupados.
55. As autorizações para o número 2 0 2 6, «Segurança e vigilância dos imóveis» (14 % do capítulo) totalizaram 35 023 714 EUR, correspondentes a uma redução de 3 % relativamente a 2011. Serviram essencialmente para cobrir despesas de guarda e vigilância dos edifícios ocupados pelo Parlamento nos seus três locais de trabalho habituais e nos gabinetes de informação.

F. Capítulo 21, «Informática, equipamento e mobiliário»

56. As autorizações deste capítulo totalizaram 142 804 433 EUR, ou seja, 8 % do total de autorizações de 2012. Foram autorizados mais 25 513 660 EUR que em 2011, correspondentes a um aumento percentual de 22 %. As dotações do capítulo aumentaram de 14 915 000 EUR durante o exercício, o correspondente a 11 % das dotações iniciais, principalmente através de duas transferências (C5, desbloqueio da reserva autorizado em 12 de outubro de 2012, e C9, autorizado em 5 de dezembro de 2012; cf. Quadros 7 e 8.a) destinadas a financiar a extensão da cobertura WiFi nos locais do Parlamento Europeu, bem como a substituição de uma parte da infraestrutura de rede e dos equipamentos individuais.
57. Os números 2 1 0 0, «Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação», e 2 1 0 2, «Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação», representaram por si sós 81 % dos encargos do capítulo e explicam 88 % da variação das autorizações de 2011 para 2012.
58. A repartição das despesas do capítulo 21 é apresentada no gráfico subsequente.

Gráfico 7

Repartição das despesas do capítulo 21

59. As autorizações do número 2 1 0 0, «Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação» representam 31 % do capítulo 21, por um montante de 44 585 309 EUR, em progressão de 38 % relativamente a 2011. As dotações foram acrescidas de 7 528 700 EUR durante o exercício (20 % das dotações iniciais). Este número cobre despesas relativas à aquisição, locação, manutenção e reparação do equipamento e suportes lógicos para a instituição e serviços correspondentes. Este equipamento e estes suportes lógicos abrangem, designadamente, os sistemas do Centro de informática e telecomunicações, a informática departamental e dos grupos políticos, assim como a votação eletrónica.
60. As autorizações do número 2 1 0 2, «Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação», representam 50 % do capítulo 21, com um montante de 70 511 060 EUR, em progressão de 17 % relativamente a 2011 (em conformidade com a progressão do montante das dotações atribuídas). As dotações iniciais foram acrescidas de 8 286 300 EUR no decurso do exercício (13 % das dotações iniciais). Cobrem principalmente as despesas com a assistência de sociedades de serviços e de aconselhamento informático para a exploração do Centro informático e da rede, a realização e manutenção de aplicações, a assistência aos utilizadores, incluindo os deputados e os grupos políticos, a realização de estudos, a redação e a consulta de documentação técnica.

G. Capítulo 23, «Despesas de funcionamento administrativo corrente»

61. Este capítulo representa 1 % das autorizações de 2012, por um montante de 9 476 760 EUR. O nível de autorizações é ligeiramente inferior, de 2 %, relativamente a 2011.
62. A repartição das autorizações deste capítulo é a seguinte: 47 % correspondem ao artigo 2 3 5, «Telecomunicações», 21 % ao artigo 2 3 0, «Papellaria, material de escritório e consumíveis diversos», e 15 % ao artigo 2 3 2, «Despesas de contencioso e danos». Os 17 % restantes foram repartidos pelos artigos 2 3 1, «Encargos financeiros», 2 3 6, «Franquias de correspondência e despesas de porte», 2 3 7, «Mudanças», 2 3 8, «Outras despesas de funcionamento administrativo», e 2 3 9, «Compensação de emissões de carbono no Parlamento Europeu».

63. Excetuando o número 2 3 2 0, «Despesas de contencioso e danos», beneficiário de um desbloqueio da reserva (transferência C3, cf. Quadro 7), todos os números do capítulo foram tributários para as transferências C9 e C10 (cf. Quadros 8.a e 8.b). Estas transferências tiveram, no total, o efeito de diminuir de 29 % do montante das dotações iniciais, o que ilustra o esforço de controlo das despesas de funcionamento administrativo corrente.
64. As dotações do artigo 2 3 9, «Compensação das emissões de carbono no Parlamento Europeu», que eram inicialmente de 950 000 EUR, foram reduzidas de 91 % aquando da transferência de «ramassage», devido a atrasos na conclusão de um concurso público, assim como de uma redução significativa do preço da tonelada de carbono.

H. Capítulo 3 0, «Reuniões e conferências»

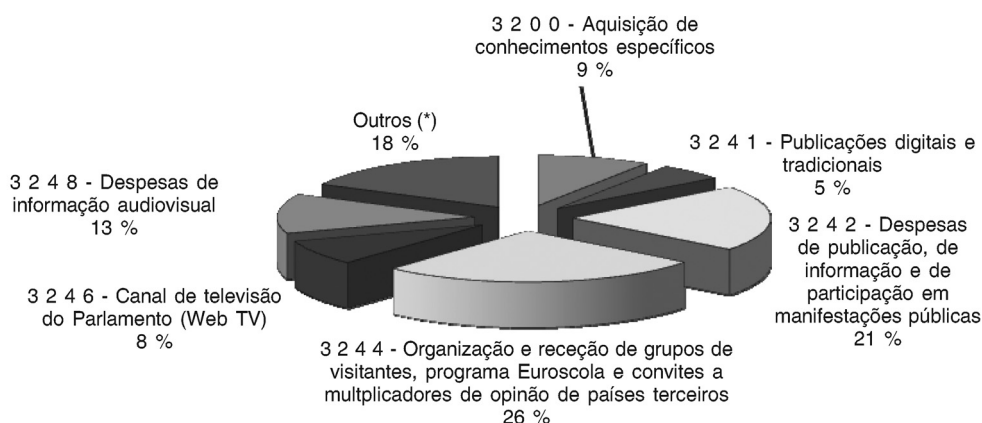
65. Este capítulo representou 2 % das autorizações de 2012, com um montante de 32 624 325 EUR, estável relativamente a 2011. A repartição das autorizações deste capítulo foi a seguinte: 79 % correspondem ao artigo 3 0 0, «Despesas de deslocações em serviço do pessoal entre os três locais de trabalho», 18 % ao artigo 3 0 4, «Despesas diversas com reuniões» e 3 % ao artigo 3 0 2, «Despesas de receção e de representação».
66. As dotações iniciais de 2012 foram 4 % inferiores às de 2011 e foram reduzidas de 10 % aquando da transferência de «ramassage» (transferência de 3 666 387 EUR). 3 000 000 de EUR de economias resultaram do artigo 3 0 0 e constituíram o resultado dos esforços do conjunto das direções-gerais destinados a assegurar um melhor controlo das despesas com transportes.
67. Em 2012, foram efetuadas 33 616 deslocações em serviço (34 827 em 2011), correspondentes a um total de 99 377 dias de deslocações em serviço 104 436 em 2011). Estas deslocações repartiram-se principalmente entre os três locais de trabalho do Parlamento (Bruxelas: 5 652 deslocações, Estrasburgo: 19 846 deslocações, e Luxemburgo: 2 433 deslocações).

I. Capítulo 3 2, «Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo, produção e difusão»

68. As autorizações deste capítulo representaram 6 % das despesas de 2012, com um montante de 105 967 314 EUR, em progressão de 15 % relativamente a 2011. Tendo as dotações finais aumentado de 5 % relativamente ao exercício precedente, a taxa de utilização do capítulo melhorou e atingiu 97 %. Cerca de 26 % das autorizações do capítulo dizem respeito ao número 3 2 4 4, «Organização e receção de grupos de visitantes, programa Euroscola e convites a multiplicadores de opinião de países terceiros», 21 % ao número 3 2 4 2, «Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas», e 13 % ao número 3 2 4 8, «Despesas de informação audiovisual».
69. A repartição das autorizações é apresentada no gráfico seguinte.

Gráfico 8

Repartição das autorizações do capítulo 3 2



(*) Outros (3 2 2 0, 3 2 2 2, 3 2 3, 3 2 4 0, 3 2 4 3, 3 2 4 5, 3 2 4 9 e 3 2 5).

70. No caso do número 3 2 4 4, «Organização e receção de grupos de visitantes, programa Euroscola e convites a multiplicadores de opinião de países terceiros», as autorizações totalizaram 27 985 491 EUR, em ligeira progressão relativamente a 2011 (+3 %). Cobriram as subvenções concedidas para os grupos de visitantes, bem como as despesas de supervisão e de infraestruturas conexas, as despesas de gestão do programa «Euroscola» e o financiamento de estágios para os multiplicadores de opinião de países terceiros.

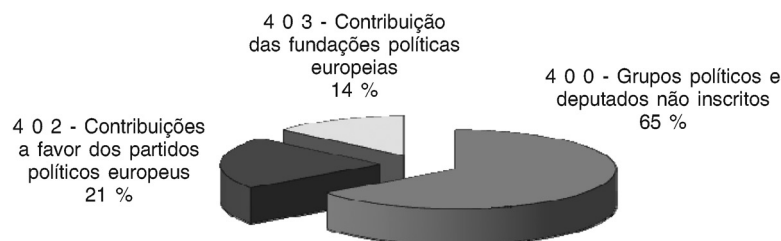
71. Quanto ao número 3 2 4 2, «Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas», as autorizações totalizaram 22 124 435 EUR. Serviram, designadamente, para cobrir as despesas em matéria de publicações, nomeadamente eletrónica, de atividades de informação, de relações públicas e de participação em manifestações públicas, simpósios e exposições nos Estados-Membros e nos países candidatos à adesão, assim como despesas ligadas à atualização do observatório legislativo (OEIL). As autorizações aumentaram 25 % em relação a 2011. Esta evolução resulta da implementação de um acompanhamento estreito e de uma estratégia de otimização do orçamento, traduzindo uma nítida progressão da taxa de execução (98 % em 2012, 90 % em 2011).
72. As autorizações do número 3 2 4 8, «Despesas de informação audiovisual», totalizaram 13 369 011 EUR e cobriram as despesas relativas aos elementos seguintes:
- o orçamento de funcionamento do setor audiovisual (prestações de *régie* própria e assistência externa sob a forma de prestações técnicas às estações de rádio e televisão, realização, produção, coprodução e difusão de programas audiovisuais, locação de feixes e transmissão de programas de televisão e de rádio, bem como outras ações de desenvolvimento das relações da instituição com os organismos de difusão audiovisual),
 - as despesas relativas à transmissão em direto, através da Internet, das sessões plenárias e das reuniões das comissões parlamentares,
 - a gravação das sessões em DVD-ROM,
 - a criação de arquivos apropriados e de um motor de pesquisa destinado a permitir aos cidadãos o acesso permanente a essas informações.
- As autorizações aumentaram de 20 % relativamente a 2011.
73. Relativamente à produção de informações audiovisuais, foram transmitidos pela Internet 1 293 eventos, dos quais, 890 meios dias de reuniões de comissões. Tratando-se da «Europa por Satélite», a produção foi a seguinte: 905 sequências de atualidade do PE, das quais, 879 retransmissões por 148 canais, 57 *clips* de informação sobre assuntos legislativos, 69 dias de Plenária, 269 transmissões em direto, 295 temas de atualidade produzidos por Eurovisão (para difusão aos seus membros) e 19 eventos retransmitidos por Eurovisão a partir do Parlamento Europeu em Bruxelas e em Estrasburgo.
74. Importa referir também que as autorizações do número 3 2 4 3, «Parlamentarium – Centro de Visitantes do Parlamento Europeu» (3 462 168 EUR) aumentaram de 40 % relativamente ao exercício precedente (em conformidade com o aumento das dotações atribuídas). O Parlamentarium acolheu 250 000 visitantes em 2012, ou seja, 4,5 vezes mais que em 2011, e faz parte das 5 atrações turísticas mais visitadas em Bruxelas.

J. Capítulo 4 0, «Despesas específicas de certos órgãos e instituições»

75. O capítulo 4 0 representou 5 % das autorizações em 2012, por um montante total de 87 917 639 EUR, em progressão de 6 % relativamente a 2011. O artigo 4 0 0, «Despesas administrativas de funcionamento, atividades políticas e de informação dos grupos políticos e dos deputados não inscritos», representou 65 % das dotações do capítulo 4 0 (2011: 66 %). As autorizações por conta deste artigo ascenderam a 57 062 367 EUR. Destinaram-se a cobrir, para os grupos políticos e os deputados não inscritos, os seguintes custos:
- as despesas de secretariado, administrativas e de funcionamento, e
 - as despesas ligadas às suas atividades políticas e de informação no âmbito das atividades políticas da União Europeia.
76. O artigo 4 0 2, «Contribuição para os partidos políticos europeus», representou 21 % (2011: 21 %) das autorizações do capítulo 4 0. O artigo 4 0 3, «Contribuição para as fundações políticas europeias» representou 14 % (2011: 13 %) das autorizações do capítulo 4 0.

Gráfico 9

Repartição das autorizações do capítulo 40

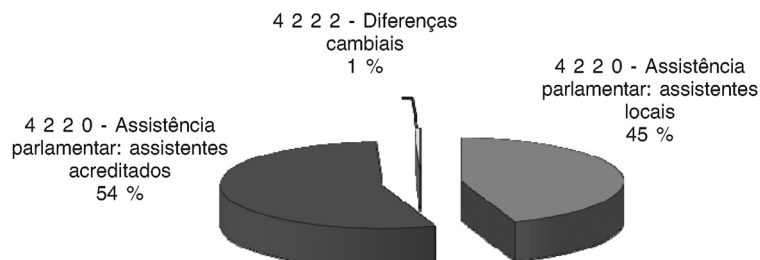


K. Capítulo 42, «Despesas relativas à assistência parlamentar»

77. Em 2012, este capítulo representou 11 % das autorizações, com um montante de 180 871 822 EUR, em progressão de 6 % relativamente ao orçamento de 2011. Tendo as dotações finais do capítulo diminuído 2 % relativamente ao exercício precedente, constata-se uma melhoria da taxa de utilização.
78. As dotações atribuídas foram reduzidas de 6 milhões de EUR (3 % das dotações iniciais) durante o exercício (cf. Quadro 8.b). As dotações atribuídas à assistência parlamentar diminuíram de 6,8 milhões de EUR, enquanto que as atribuídas às diferenças cambiais aumentaram de 0,8 milhões de EUR.
79. O gráfico seguinte mostra a repartição das autorizações deste capítulo.

Gráfico 10

Repartição das autorizações do capítulo 42



80. As autorizações relativas aos «assistentes locais» totalizaram 80 720 519 EUR, em progressão de 2 % relativamente a 2011.
81. As autorizações relativas aos «assistentes acreditados - Estatuto» totalizaram 99 033 150 EUR, em progressão de 8 % relativamente a 2011. Estas dotações cobrem as remunerações e despesas de deslocação em serviço destes agentes, assim como os custos decorrentes de cursos externos. O nível médio mensal das remunerações pagas totaliza 7,5 milhões de EUR (6,9 milhões de EUR em média, em 2011).
82. Em 31 de dezembro de 2012, 1 705 assistentes parlamentares trabalhavam no Parlamento e 2 498 assistentes locais tinham contratos de trabalho com deputados (dos quais, 146 através dos agrupamentos). Em média, cada deputado empregou 2,26 assistentes acreditados e 3,31 assistentes locais⁽¹⁾. O número de assistentes contratados por cada deputado varia consideravelmente, e foi de 0 a 47 em 2012. Enquanto que 14 deputados não empregavam assistentes locais, 63 deputados recrutaram mais de dez agentes nos seus Estados-Membros durante o ano de 2012. Cerca de 29 deputados apenas contratavam assistentes locais em 2012.
83. Os pagamentos relativos às despesas de assistência parlamentar em 2012 foram efetuados utilizando uma taxa de câmbio fixa para todo o ano entre o euro e as outras divisas (a taxa do mês de dezembro de 2011). A importante desvalorização relativamente às outras divisas europeias criou diferenças cambiais maiores que as previstas no que diz respeito ao pagamento de remunerações e honorários aos assistentes locais.

⁽¹⁾ Média calculada com base em 754 deputados (incluindo, portanto, os deputados que não têm contratos com assistentes acreditados ou com assistentes locais).

L. Capítulo 10, «Outras despesas»

84. Os capítulos inscritos neste título apenas incluem dotações provisionais que só podem ser autorizadas na sequência de uma transferência prévia para uma rubrica operacional. Estas transferências (25 902 015 EUR) foram examinadas na secção I do presente relatório. As dotações iniciais deste título totalizaram 29 542 652 EUR (2011: 40 749 026 EUR), ou seja, 1,7 % do total do orçamento de 2012.
85. No fim do exercício, o saldo não executado deste título era de 3 640 638 EUR (dos quais, 1 926 466 EUR no capítulo 10 0, «Dotações provisionais», 1 664 172 EUR no capítulo 10 1, «Reserva para imprevistos», e 50 000 EUR para o capítulo 10 8, «Reserva EMAS»).

III. OBJETIVOS 2012 E RESULTADOS

86. O exercício de 2012 foi sobretudo caracterizado pela prossecução de novas melhorias estruturais no intuito de dotar a instituição de todos os meios necessários ao pleno desempenho das suas funções no âmbito do processo legislativo e de lhe permitir aplicar inteiramente as competências adicionais que lhe são conferidas pelo Tratado de Lisboa.
87. Além disso, a instituição integrou plenamente os 18 deputados suplementares previstos no Tratado de Lisboa, prosseguiu os preparativos para a adesão da Croácia, registou progressos significativos no setor da política de informação e comunicação tendo em vista as eleições de 2014 e prosseguiu a realização de programas plurianuais de simplificação e modernização de importantes setores da sua administração.
88. Os objetivos prosseguidos e os resultados obtidos em 2012, apresentados abaixo, baseiam-se nas prioridades e nas decisões tomadas pela Mesa em 2012, nas orientações adotadas pelo Parlamento nas suas resoluções orçamentais e nos objetivos e resultados do programa administrativo de trabalho para o período 2012-2014.

A. Prossecução das remodelações institucionais relacionadas com o Tratado de Lisboa**A.1. Apoio à investigação**

89. Em 16 de janeiro de 2012, a Mesa aprovou um plano de execução do novo conceito para a Biblioteca ⁽¹⁾ e, em 7 de novembro de 2012, reviu a evolução nele registada. O novo conceito incide na mais-valia que pode proporcionar aos deputados, um objetivo que contém três componentes essenciais interligados:
- a) *Empenho em prestar um serviço aos deputados* – prestar um serviço mais próximo dos deputados orientando-se pelas necessidades destes;
 - b) *Visibilidade e acessibilidade* para os deputados;
 - c) *Património de conhecimentos* para o Parlamento do futuro.
90. Neste sentido, em 2012, foram envidados esforços no âmbito dos serviços bibliotecários de informação e análise, a fim de proporcionar aos deputados um acesso rápido e fácil a atualizações com seleção/ síntese personalizadas sobre praticamente qualquer assunto de interesse parlamentar. Foi criado um novo sistema de alertas eletrónicos em dispositivos móveis para o material adicionado ao catálogo e ao sítio da Biblioteca, de forma a proporcionar a rápida subscrição a alertas predefinidos sobre temas importantes ou a possibilidade de definir alertas personalizados, incluindo material de agências noticiosas. Foi ainda criado um procedimento de «hotline» que garante aos deputados respostas mais rápidas e pessoais. São também realizadas fichas informativas antes de cada período de sessões, com tradução para espanhol, alemão, inglês, francês, italiano e polaco, quando possível.
91. Além disso, a fim de ajudar os deputados a melhor chegarem aos cidadãos, os serviços da Biblioteca foram desenvolvidos como se segue:
- a) Publicação no Facebook de notas informativas da Biblioteca, o que facilita a sua reutilização pelos deputados;
 - b) Blogue da Biblioteca, um sítio internet que disponibiliza produtos da Biblioteca para reutilização pelos deputados;
 - c) Instalações muito aperfeiçoadas disponibilizadas aos investigadores do setor público, no Luxemburgo.

⁽¹⁾ Este novo conceito para a Biblioteca foi aprovado pela Mesa em 4 de julho de 2011.

92. Em 2012 procedeu-se também à melhoria do apoio aos assistentes dos deputados, que passou a abranger:
- Uma proposta revista sobre visitas de formação e consultadoria aos gabinetes dos deputados;
 - Uma rubrica de «Tips & Tricks» (dicas e truques) no blogue da Biblioteca destinada aos assistentes;
 - Um pacote de e-aprendizagem que permite aos assistentes acreditados e, sobretudo, aos assistentes locais participarem em cursos de formação sem saírem das respetivas secretárias.

A.2. Avaliações de impacto

93. Os relatórios de iniciativa legislativa são um instrumento valioso na definição da agenda do Parlamento. Nos termos do artigo 225.º do TFUE, também conhecido como direito do Parlamento para iniciar legislação, o Parlamento pode solicitar à Comissão a apresentação de uma proposta legislativa sobre qualquer assunto relativamente ao qual considere ser necessária uma intervenção da União Europeia.
94. Com este objetivo em vista, a recém-criada Direção da Avaliação do Impacto auxilia, desde 2012, as comissões que se ocupam dos relatórios de iniciativa legislativa fornecendo avaliações pormenorizadas do valor acrescentado europeu e relatórios sobre o custo da não-Europa.
95. No que respeita à avaliação de impacto, a referida direção filtra sistematicamente os roteiros que acompanham o Programa de Trabalho da Comissão, para verificar que propostas legislativas serão eventualmente objeto de uma avaliação de impacto pela Comissão, e procede a uma avaliação inicial aquando da sua chegada ao Parlamento, para se certificar de que sejam cumpridos critérios específicos e para determinar se os textos evidenciam pontos fortes e pontos fracos.
96. No que respeita ao valor acrescentado europeu, analisa o potencial benefício da futura intervenção da União, fornecendo às comissões parlamentares quaisquer dos seguintes serviços, ou todos eles, e podendo, mais uma vez, recorrer a peritos externos:
- relatórios sobre o custo da não-Europa em domínios de intervenção ou em setores de importância estratégica, em que as possibilidades de uma maior eficácia e/ou a realização de um «bem público» através de uma ação comum à escala da UE sejam potencialmente consideráveis;
 - avaliações do valor acrescentado europeu para calcular o potencial impacto dos relatórios de iniciativa legislativa a serem apresentados pelo Parlamento e apresentar uma justificação adicional para o uso de relatores;
 - investigação específica sobre outros importantes pedidos de apresentação de propostas legislativas já avançados pelo Parlamento Europeu;
 - análise do valor acrescentado europeu já alcançado com as políticas comunitárias atualmente implementadas.

A.3. Codificação e pareceres favoráveis em matéria de política externa

97. Outra adaptação que a introdução do Tratado de Lisboa torna necessária jaz no domínio da política externa. Todos os acordos comerciais estão agora sujeitos à aprovação do Parlamento Europeu, enquanto a implementação das medidas da Política Comercial Comum (PCC) está sujeita ao processo legislativo ordinário. Neste contexto, a Comissão do Comércio Internacional aprovou 40 relatórios legislativos, entre os quais se podem destacar o Acordo Comercial Anti-Contrafação (ACTA), o Sistema Generalizado de Preferências (SGP), os acordos bilaterais de investimento, o Omnibus I e Omnibus II (que harmonizam a legislação comercial da União com o Tratado de Lisboa).

A.4. Melhoria dos serviços relacionados com a Sessão Plenária

98. Em termos das atividades relacionadas com a Sessão Plenária, assistiu-se a uma atualização das aplicações que suportam as «perguntas parlamentares», as «declarações escritas» e a revisão dos procedimentos internos de verificação da sua admissibilidade, bem como uma atualização da aplicação que gere o CRE (relato integral da sessão).

99. O serviço de redação legislativa foi melhorado através do desenvolvimento da ferramenta de apoio à redação legislativa e ao estabelecimento de procedimentos de pré-aprovação aplicáveis aos acordos em primeira leitura no âmbito do procedimento legislativo ordinário.

A.5. Iniciativas de cidadania

100. Em 19 de novembro de 2012, a Mesa tomou uma decisão sobre as alterações às normas aplicáveis às audições do Parlamento Europeu necessárias para assegurar que o Parlamento possa desempenhar o seu papel em relação às iniciativas de cidadania europeia bem sucedidas ⁽¹⁾.

B. Estratégia de comunicação e preparação da campanha de informação para as eleições de 2014

B.1. Atividades organizadas ao nível central

101. Na sua reunião de 2 de julho de 2012, a Mesa aprovou as diretrizes políticas da campanha institucional de informação e comunicação para as eleições de 2014, que se realizará em torno de três temas centrais: a política do Parlamento Europeu, as ações do Parlamento Europeu e os valores do Parlamento Europeu. A campanha visa sensibilizar os cidadãos para:

- a eleição do Parlamento Europeu enquanto única instituição da União eleita por sufrágio direto,
- o facto de os deputados do Parlamento serem os defensores dos interesses dos cidadãos da União (o Parlamento Europeu enquanto «Parlamento dos cidadãos da UE»),
- o fato de, pela primeira vez, os resultados das eleições irem ser considerados na nomeação do próximo Presidente da Comissão; os eleitores terão mais influência do que nunca, pois escolherão o próximo poder executivo da União,
- o facto de as diferentes personalidades políticas defenderem opções distintas que afetam a vida quotidiana dos cidadãos. Ao votar, os cidadãos decidem que tipo de Europa desejam e podem mudar a governação da UE.

102. Em 2012, o Parlamento centrou os seus esforços nos preparativos para a campanha de informação institucional das eleições de 2014. Além de uma intensificação generalizada das atividades de informação - aumento do número de seminários para jornalistas tanto em Bruxelas como nos Estados-Membros, aumento do número de fóruns de discussão regionais nos Estados-Membros - foi concluída ou revista uma série de importantes projetos e lançados novos projetos, tal como descrito abaixo.

103. Já foram tomadas medidas de intensificação das atividades de acompanhamento pelos meios de comunicação social, com um projeto-piloto sobre a cobertura quantitativa e, pela primeira vez, qualitativa das sessões plenárias dos últimos quatro meses de 2012.

104. Foram também registados progressos no âmbito do desenvolvimento de uma estratégia integrada para os visitantes, com a introdução do novo sistema de reservas baseado na web (VISEP) e do novo conjunto de informação para distribuição aos visitantes (Visitor Kit). No que respeita aos grupos de visitantes, os métodos de trabalho foram adaptados em conformidade com as normas revistas no domínio e aprovadas pela Mesa no final de 2011. O Parliamentarium completou o seu primeiro ano de existência em outubro de 2012, tendo recebido um total de 253 000 visitantes e tornando-se, assim, numa das cinco atrações turísticas mais visitadas de Bruxelas.

105. Como parte dos esforços para aumentar a visibilidade do Parlamento no período de preparação para as eleições de 2014, o atual programa de subvenções anual foi reformado tendo sido lançado, em sua substituição, um programa de bolsas plurianual para parceiros em contratos-quadro, dedicado à sensibilização para o Parlamento Europeu, principalmente para o seu papel e natureza política, bem como à divulgação de informações sobre as atividades que realiza. Foram concedidos a organizações com capacidade financeira e operacional suficientes subsídios nas áreas da televisão, rádio, projetos baseados na web ou eventos específicos.

⁽¹⁾ Uma ICE é considerada bem-sucedida se os organizadores tiverem recolhido um milhão de declarações de apoio da parte dos cidadãos provenientes de pelo menos oito Estados-Membros. Uma vez que os organizadores apresentem um número suficiente de declarações de apoio e as respetivas demonstrações de verificação por parte das autoridades nacionais, a Comissão publica a iniciativa no seu registo - a partir deste momento, o regulamento prevê que o Parlamento Europeu dispõe de três meses para organizar uma audiência sobre a matéria.

106. Além disso, a revisão do site Europarl foi concluída em 2012, tendo uma série de novos serviços sido disponibilizados aos visitantes, nomeadamente o *Newshub*, uma nova plataforma que mostra o debate dentro da instituição através da integração das redes sociais geridas pelos deputados.

B.2. *Mais perto dos cidadãos com os Gabinetes de Informação*

107. Durante o ano, o trabalho incidiu na criação de plataformas de comunicação para o debate político entre os deputados, os cidadãos e as partes interessadas, com vista a chegar especificamente às regiões para cujos cidadãos um tema legislativo em debate no Parlamento Europeu se revista de particular interesse. Com este objetivo em vista, em 2012, realizaram-se 30 fóruns regionais de discussão e dois fóruns transfronteiras.

108. Em 2012, os Gabinetes de Informação do PE continuaram a ampliar nos Estados-Membros a rede bem arquitetada com as partes interessadas, bem como o grupo-alvo de jovens. As suas atividades resultaram na criação de uma rede sólida, em particular com as escolas nos respetivos países.

109. Até ao presente, o número total de escolas abrangidas é superior a 55 000, o que representa mais de 21 000 000 de alunos. O número de partes interessadas, especialmente as relacionadas com a legislação, também aumenta continuamente. Estas redes («Amigos da Europa») registam um crescimento constante e devem ser ulteriormente aperfeiçoadas enquanto canais de comunicação privilegiados e específicos para o Parlamento e respetivos deputados.

110. Todos os Gabinetes de Informação têm perfil no Facebook desde 2012. Alguns gabinetes usam outras ferramentas do âmbito das redes sociais, como o Flickr e o YouTube, e organizam atividades específicas dirigidas aos utilizadores dos blogues. Está provado que as redes sociais são um excelente meio para propagar o debate, promovendo a criação de uma rede e ligando diretamente os cidadãos, os deputados e as atividades do Parlamento. Por exemplo, um único evento organizado por um Gabinete de Informação no verão de 2012 conseguiu chegar a 140 000 contas no Twitter e dar origem a 928 000 impressões. A rede de «correspondentes sociais» foi criada abrangendo todos os Gabinetes de Informação.

111. O Parlamento Europeu e a Comissão implementam presentemente, nos 17 Estados-Membros com um espaço público europeu (EPS), um projeto-piloto sobre redes sociais denominado «Share Europe Online» (partilhar a Europa em linha). A implementação do projeto, que abrange o mapeamento pormenorizado das redes sociais dos 27 Estados-Membros, é efetuada com a presença dos chamados «Editorial Community Managers», cuja tarefa é prestar formação, assistência e assessoria no âmbito das atividades das redes sociais ao pessoal da Representação da Comissão Europeia e dos Gabinetes de Informação do Parlamento Europeu. Acompanharão também continuamente o panorama das redes sociais nos Estados-Membros relativamente a uma diversidade de tópicos e comunicarão as suas conclusões.

B.3. *Europarl TV*

112. Na sua reunião de 12 de dezembro de 2012, a Mesa aprovou as propostas seguintes sobre o futuro da EuroparlTV:

- adaptação da abordagem editorial,
- adaptação dos programas prontos para emissão, a fim de que estes se adequem melhor às necessidades dos meios de comunicação,
- integração progressiva no sítio Internet do Parlamento e nas plataformas das redes sociais tendo em vista a criação de uma capacidade de produção interna de vídeo em linha,
- avaliação regular,
- campanha de sensibilização interna,
- promoção externa em três grandes direções: os meios de comunicação, as redes sociais e as escolas.

113. Além disso, a cooperação com as principais empresas de televisão em toda a Europa aumentou significativamente durante o ano, garantindo uma maior visibilidade da instituição. Este promete ser um canal de comunicação particularmente útil para a campanha de informação e comunicação de preparação para as eleições em 2014.

B.4. Progressos registados ao nível do projeto da Casa da História Europeia

114. Em 2012 registaram-se progressos em diferentes áreas relacionadas com a futura exposição permanente, nomeadamente o desenvolvimento da respetiva narrativa, a definição e implementação de uma política de recolha, o concurso relativo à conceção da exposição e o desenvolvimento de princípios de convivialidade dirigidos para os visitantes. Neste contexto, na sua reunião de 22 de outubro de 2012, a Mesa aprovou o esboço da exposição permanente.
115. A decisão de atribuir o Prémio Nobel da Paz à União Europeia em outubro de 2012 foi um momento histórico em si e recorda à União Europeia as suas raízes intelectuais e os propósitos da sua fundação. Portanto, na Casa da História Europeia, uma sala específica será dedicada a este prémio, onde ficarão expostos a medalha e o certificado conexos.
116. Quanto à adaptação do edifício Eastman para abrigar o projeto, a licença ambiental foi obtida em maio de 2012 e a licença de construção em 16 de novembro de 2012. Além disso, na sequência da assinatura do contrato de renovação do edifício, as obras de renovação iniciaram-se em setembro de 2012 e devem ser concluídas até finais de abril de 2014.

C. Adaptações institucionais decorrentes do Tratado de Lisboa e da adesão da Croácia

C.1. Acolhimento de 18 novos deputados

117. Nas suas reuniões de dezembro de 2008 e junho de 2009, o Conselho Europeu decidira que, em caso de entrada em vigor do Tratado de Lisboa após as eleições europeias de junho de 2009, seriam tomadas medidas transitórias no mais breve trecho, a fim de aumentar o número total de deputados de 736 para 754 até ao final da legislatura 2009-2014. Uma vez que esta medida transitória só entrou em vigor em 1 de dezembro de 2011, só produziu pleno efeito no decurso de 2012, nomeadamente ao nível orçamental. Os 18 novos deputados foram assim acolhidos e gozaram imediatamente de todas as suas prerrogativas.

C.2. Preparação do próximo alargamento à Croácia

118. O Conselho Europeu assinou o Tratado de Adesão da Croácia à União Europeia em 9 de dezembro de 2011, estando a adesão efetiva prevista para 1 de julho de 2013. Tendo em vista este novo alargamento, o Parlamento continuou os preparativos necessários para o efeito, designadamente a contratação e a formação de agentes contratuais croatas⁽¹⁾. Foi dada prioridade à criação de serviços linguísticos, tendo a experiência com os alargamentos anteriores demonstrado que a questão do recrutamento é a mais concorrencial. Em finais de 2012, a nova unidade de tradução croata completara já o seu quadro de pessoal contando com 38 agentes contratuais, dos quais 27 tradutores e 11 assistentes; a cabine croata de intérpretes contava com 10 intérpretes (quatro intérpretes adicionais irão juntar-se à cabine em 2013), tendo ainda sido contratados nove assistentes croatas para os serviços gerais relacionados com a interpretação.
119. Desde 1 de abril de 2012, o Parlamento acolheu 12 observadores croatas, designados pelo Parlamento Nacional, para se familiarizarem com os procedimentos e os métodos de funcionamento da instituição. Em 1 de julho de 2013 tornar-se-ão deputados de pleno direito. No que respeita à abertura de uma antena na Croácia, veja-se a secção sobre a política imobiliária, mais abaixo.

D. Proseção de programas plurianuais de racionalização e modernização dos principais setores da administração do Parlamento

D.1. Política imobiliária

120. No âmbito da implementação da estratégia imobiliária a médio prazo, aprovada pela Mesa em 24 de março de 2010, foram definidos ou implementados vários projetos conforme descrito abaixo.

⁽¹⁾ Quando a adesão for efetiva, e uma vez concluídos os concursos EPSO, o Parlamento procederá progressivamente à substituição dos agentes contratuais por funcionários croatas recrutados.

Bruxelas

121. As obras no edifício Trèves I foram concluídas em abril de 2012 e a mudança permitiu desocupar espaço nos edifícios Paul-Henri Spaak (PHS) e Atrium. Os espaços desocupados contribuíram em grande medida para a realocação de postos de trabalho da zona A do edifício PHS, temporariamente inacessível devido aos problemas constatados nos elementos em madeira, no Hemiciclo.
122. Na sequência da prospeção do mercado imobiliário para encontrar uma segunda creche, a comissão dos edifícios decidiu, em 2 de outubro de 2012, propor o encerramento do processo, observando que nenhuma proposta aceitável fora apresentada dado o preço solicitado ser demasiado elevado. Prossegue a busca de uma solução para uma segunda creche, tendo sido apresentadas três alternativas à comissão em questão.
123. Na sequência de um acordo com o proprietário do edifício Montoyer 70 sobre um contrato de arrendamento de longo prazo, com opção de compra, e do acordo da Mesa, de 14 de novembro de 2011, e da Comissão dos Orçamentos, de 12 de dezembro de 2011, o contrato de arrendamento do edifício Montoyer 70 e o pedido de retirada da opção de compra foram assinados em 15 de dezembro de 2011. O Parlamento tornou-se proprietário no dia 1 de agosto de 2012, data da assinatura da escritura.
124. Foi elaborado um plano de ocupação para definir a ocupação a médio prazo dos edifícios com base nas perspetivas plurianuais e em normas de ocupação dos espaços (rácio ocupado/ direito de usufruto: 93,6 %). Esta proporção diz respeito a Bruxelas e significa um défice de 6,4 % partilhado equitativamente por todos - Secretário-Geral e grupos políticos.

Luxemburgo

125. Em relação ao projeto Konrad Adenauer, todas as unidades do concurso de obras de 2011 foram declaradas infrutíferas. No intuito de gerir a situação e facilitar a continuidade do projeto, um acordo de parceria reforçado, assinado em inícios de 2012, veio completar o acordo-quadro celebrado entre as autoridades luxemburguesas e o Parlamento Europeu. No âmbito do trabalho realizado em parceria foi concluído um acordo com a direção da obra com vista ao estudo das economias no plano técnico do projeto e ao relançamento do concurso *Gros Oeuvre Est* que integra essas medidas de poupança. O concurso foi relançado com a publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*, em 26 de setembro de 2012. Pretende-se proceder à adjudicação na primavera de 2013 para que as obras se iniciem no verão.
126. Além disso, o resultado global da ação da direção da obra na fase de estudo e de acompanhamento da terraplenagem foi objeto de uma análise pormenorizada, tendo-se chegado à conclusão de que era preferível suspender os trabalhos. Decidiu-se, portanto, proceder a um novo concurso para a continuação dos trabalhos de construção, o qual permitirá selecionar outros intervenientes e prosseguir com base numa organização e em prestações reforçadas.

Gabinetes de informação

127. A adesão da Croácia está prevista para 1 de julho de 2013. Na sequência de uma decisão da Mesa, de 12 de março de 2012, procedeu-se em Zagrebe a uma prospeção do mercado imobiliário em conjunto com a Comissão Europeia, a fim de dispor em tempo útil de um imóvel que responda às exigências colocadas por uma Casa da Europa. No âmbito dessa prospeção foi identificado o edifício «Ban Centar», tendo a Mesa, na sua reunião de 19 de novembro de 2012, aprovado a assinatura de um contrato de arrendamento do mesmo por um período de 10 anos (5+5). O edifício proporciona uma superfície total de 1 721,42 m², dos quais 671 m² se destinam ao Parlamento. Os trabalhos deverão estar concluídos até finais de maio de 2013, permitindo a sua abertura antes da data de adesão da Croácia, prevista para 1 de julho.
128. No que respeita ao gabinete em Sófia, o contrato de compra do novo edifício, num valor de 9 milhões de EUR, foi assinado em 7 de julho de 2011. Deficiências relacionadas com a estabilidade do edifício e, parcialmente, com a segurança contra incêndios impossibilitaram a entrega do mesmo em 2011. Em maio de 2012, confrontado com um procedimento relativo às deficiências de construção e aos resultados de uma nova avaliação da estrutura, o vendedor aceitou realizar às suas custas as necessárias obras de reforço. Os trabalhos estruturais suplementares foram realizados em inícios de dezembro de 2012. A conclusão dos trabalhos de adaptação específica do edifício está prevista para finais de março de 2013.

Nova política de manutenção

129. No respeitante à implementação progressiva da nova política de manutenção, após auditoria externa, foram concluídas e harmonizadas as especificações e as cláusulas técnicas dos futuros contratos de manutenção. Além disso, a auditoria de manutenção também permitiu encetar, nomeadamente, os seguintes procedimentos:
- o concurso relativo à gestão e manutenção das instalações técnicas nos três locais está encerrado. Os contratos (um lote por local) foram assinados e estão em pleno vigor desde julho de 2012 (junho de 2012 no caso de Estrasburgo); convém assinalar que o resultado desse concurso confirma que os orçamentos consagrados à nova manutenção reforçada devem ser aumentados nomeadamente para fazer face ao envelhecimento dos edifícios e às obrigações do Parlamento Europeu enquanto proprietário,
 - os contratos relativos à inspeção de toscos, acabamentos e arredores dos edifícios já foram assinados para as três localidades. Foi aquando destas inspeções que foram constatados problemas com os elementos em madeira do Hemiciclo, em Bruxelas,
 - a preparação de um concurso que abrange vários lotes de manutenção e reparação do trabalho estrutural e dos acabamentos dos prédios nos três locais está em curso. O objetivo é que estes novos contratos de manutenção das estruturas/ dos acabamentos estejam em vigor em inícios de 2014,
 - o contrato relativo à manutenção e aos trabalhos de modernização dos ascensores já foi assinado relativamente a alguns edifícios em Bruxelas e a todos os edifícios em Estrasburgo.

Renovação de edifícios

130. Os trabalhos de renovação a que a degradação dos edifícios obrigou dizem principalmente respeito à substituição de grande parte das instalações técnicas e dos vidros, assim como à substituição ou restauração dos acabamentos. Em março de 2012, o Grupo de Trabalho sobre Edifícios, Transportes e Parlamento Verde foi incumbido de analisar a situação e apresentar recomendações à Mesa em inícios de 2013.
131. Em setembro de 2012, após a descoberta de rachas em três das vigas que compõem a estrutura de suporte do Hemiciclo, durante as verificações realizadas no âmbito da nova política de controlo e manutenção preventiva das infraestruturas, decidiu-se fechar temporariamente a zona A do edifício Paul-Henri Spaak (PHS). Perante esta situação foram imediatamente tomadas medidas de preservação do edifício e de monitorização qualitativa para garantir a segurança do imóvel. Em paralelo, alguns gabinetes de estudo foram incumbidos de determinar as circunstâncias do incidente na estrutura de suporte, assim como os trabalhos de reparação adequados a realizar. A opção escolhida implica a indisponibilidade do Hemiciclo até à sessão de novembro de 2013, bem como a evacuação dos escritórios da Zona A.

D.2. Política ambiental

132. Em 28 de março de 2012, a Mesa concordou com a necessidade de promover uma «agenda ambiental ambiciosa» com o objetivo de dar um «novo impulso [...] à política do EMAS ⁽¹⁾ sabendo que as maiores reduções provêm das áreas de consumo de energia dos edifícios, dos ativos fixos e do transporte de pessoas». Foi realizada uma série de ações para implementar esta agenda ambiental ambiciosa e outras serão desenvolvidas no futuro próximo.
133. Graças à sua política ambiental ambiciosa, o Parlamento tornou-se um exemplo na luta contra as alterações climáticas através da implementação de uma estratégia global para reduzir e neutralizar as suas emissões de carbono. O Parlamento Europeu impôs-se uma meta de redução de 30 % até 2020 (tendo já sido alcançada em 2012 uma redução de 23 %) e tornou-se líder na gestão de emissões de CO₂ através da gestão da sua pegada de carbono em conformidade com as normas mais rigorosas (ISO 14064:2006 e Bilan Carbone [®]) e da neutralização das emissões residuais oriundas dos edifícios, das viagens do pessoal e dos veículos oficiais, com créditos da mais elevada qualidade (*Gold Standard*), que permitem uma rastreabilidade total e uma contribuição líquida para o desenvolvimento sustentável

⁽¹⁾ Sistema de gestão ambiental do Parlamento.

134. Além disso, o Parlamento Europeu tornou-se numa das mais avançadas instituições em matéria do cumprimento e do acompanhamento da regulamentação ambiental. Neste contexto, os concursos de consultoria ambiental em matéria de emissões de carbono e de verificação da pegada de carbono foram assinados em 9 de julho e 3 de agosto de 2012, respetivamente. Esses concursos permitem validar a pegada de carbono do Parlamento Europeu relativamente às normas ISO 14064:2006 e Bilan Carbone ®.
135. Acresce o facto de, em 4 de dezembro de 2012, na sequência dos resultados de um concurso, ter sido assinado um acordo na área de compensação das emissões de CO₂, a fim de neutralizar parte das emissões da pegada de carbono do Parlamento com créditos de compensação da mais elevada qualidade (*Gold Standard*) e por um preço muito favorável.
136. Enfim, a política ambiental tornou-se numa ferramenta de gestão e aperfeiçoamento contínuos no âmbito das atividades quotidianas de gestão de infraestruturas e de logística. Em particular, o aspeto ambiental é sistematicamente integrado em novos projetos através de estudos e auditorias energéticas. Por exemplo:
- foram assinados contratos de estudos tendo em vista uma auditoria energética dos edifícios em Bruxelas e em Estrasburgo. Foram constituídas várias equipas de projeto, duas em Bruxelas e uma em Estrasburgo. Foram concluídos os estudos dos edifícios Winston Churchill, Salvador de Madariaga, e Atrium. Os outros edifícios de Bruxelas e Estrasburgo serão progressivamente estudados,
 - foram concluídos os estudos tendo em vista uma auditoria energética do edifício Paul-Henri Spaak, em Bruxelas,
 - foi concluída a primeira fase de substituição do equipamento de iluminação em Bruxelas (2 milhões de EUR) estando em curso o estudo relativo à segunda fase. Está prevista a realização de um projeto equivalente em Estrasburgo, em 2012-2013,
 - foi assinado um contrato-quadro para os trabalhos de contagem e visualização dos fluxos de energia e de água nos edifícios do Parlamento Europeu em Bruxelas,
 - no âmbito do processo de harmonização nos três locais de recolha de lixo, foram instalados caixotes de lixo compartimentados que permitem uma triagem seletiva.

D.3. Modernização das tecnologias de informação

137. A transição para o universo «integralmente digital» processa-se a um ritmo constante: realizou-se um número crescente de conversões de documentos em formato XML, nomeadamente para a implementação de alterações legislativas, lançou-se uma «e-comissão» para todas as comissões parlamentares, definiram-se metadados (descritores Eurovoc) para muitos conteúdos para o programa de Gestão do Conhecimento. Não obstante, os meios de impressão convencionais multi-suporte não foram negligenciados, tendo sido objeto de modernização e diversificação.
138. Em termos de gestão de infraestruturas, um melhor controlo dos incidentes críticos (desempenho, segurança) reflete a integração mais harmoniosa entre as operações de rede e as operações dos servidores. Registaram-se progressos em matéria de segurança (evolução da «firewall» de primeira linha e das estações de supervisão) e validação das arquiteturas e tecnologias de projetos. Os serviços de telefonia dos deputados e dos grupos políticos foram transferidos para o protocolo Internet antes da sua generalização no seio da instituição. Foi levado a cabo um programa de modernização das cablagens, bem como de extensão da área de cobertura GSM e WiFi.

D.4. O programa «sem papel»: eCommittee / eMeeting

139. A aplicação eMeeting é um elemento do programa «sem papel» que disponibiliza os documentos das reuniões das comissões em formato eletrónico de fácil utilização, o qual permite a consulta, anotação e partilha de documentos a todo o momento, em qualquer lugar e em qualquer dispositivo. O eMeeting foi lançado em 2012, com uma versão de teste, em três comissões (JURI, DEVE, BUDG) e deverá ser disponibilizado a todas as comissões e em todos os dispositivos em 2013.
140. Em relação à aplicação eCommittee, desde fevereiro de 2012 todas as comissões utilizam esse espaço de trabalho dedicado aos deputados, aos secretariados das comissões, ao pessoal dos grupos políticos, bem como aos demais que tenham de acompanhar as atividades das comissões. Cada comissão tem o seu próprio sítio, que contribui para aumentar a transparência e a eficácia do trabalho.

D.5. *Relações com os parlamentos nacionais / videoconferência*

141. Um projeto-piloto de videoconferência foi lançado em 2012 e já demonstrou ser viável facultar videoconferências no ambiente do Parlamento Europeu, dado que a qualidade áudio, vídeo e de sincronização se adequam à utilização com o serviço de interpretação. A infraestrutura que foi desenvolvida e colocada em três salas de reuniões não é exclusiva e permite uma interoperabilidade de nível máximo. Em 2013 tornar-se-á possível organizar videoconferências multiponto em grande escala, sem limitações quanto às línguas que é possível falar em locais distantes, embora continue limitado a três o número de línguas interpretadas disponibilizadas.
142. Existem, contudo, diversas limitações a referir. A principal limitação reside no facto de só ser possível garantir a qualidade necessária à realização fiável de videoconferências adaptadas a reuniões com serviço de interpretação se os participantes na videoconferência dispuserem de equipamento com os mesmos padrões técnicos e se a ligação entre as diferentes partes dispuser de uma amplitude de banda suficiente. Atualmente são relativamente poucos os parlamentos nacionais que dispõem de equipamento desse tipo, apesar de este poder ser alugado numa base *ad hoc* em conjunto com a necessária largura de banda.

D.6. *Gestão do conhecimento*

143. O PE encontra-se presentemente a desenvolver o respetivo Sistema de Gestão do Conhecimento. A Gestão do Conhecimento tem o objetivo de racionalizar e simplificar o acesso e a utilização da informação relacionada com as atividades do PE: um único portal de acesso a diversas fontes, a pesquisa contextualizada e a gestão de um espaço de colaboração são os pilares deste programa. O conceito foi totalmente definido em 2012, tendo também sido dados os primeiros passos no sentido da sua execução, em particular o lançamento do Portal de Gestão do Conhecimento.

D.7. *Reestruturação aprofundada dos serviços de segurança*

144. Em 2012, no âmbito do conceito global de segurança adotado pela Mesa na sua reunião de 6 de julho de 2011, registaram-se os seguintes progressos:
- divisão dos edifícios de Bruxelas em setores,
 - criação das funções de agentes de controlo e estratégia e supervisão no serviço de «dispatching» por um agente estatutário presente sete dias por semana e 24 horas por dia,
 - conclusão da internalização da acreditação; implementação em linha da ferramenta que permite a acreditação dos grupos de interesse e a definição de um horário por turnos que permite abranger a abertura das receções fora do horário de trabalho,
 - implementação de um sistema de mensagens de segurança por SMS,
 - definição de um processo de gestão de crises em quatro níveis e criação de uma estrutura de monitorização dos dossiês relativos à proteção de dados,
 - realização de uma auditoria do equipamento de CCTV nas instalações de Bruxelas.
145. Cabe também realçar que, na reunião de 11 de junho de 2012, a Mesa aprovou a quarta fase de internalização dos serviços de segurança, de acordo com as decisões tomadas em 2010 e 2011 de internalizar as diversas funções essenciais dos serviços de segurança, tais como a gestão da segurança, a acreditação e o controlo estratégico. A quarta fase terá início em Bruxelas em meados de 2013 e será finalizada após um período de aproximadamente dois anos. Em Estrasburgo, o processo de internalização será lançado no mês de junho de 2014 e prevê-se que dure cerca de um ano (junho de 2015), quando puderem ser realizadas as sinergias entre Bruxelas e Estrasburgo, designadamente através do reforço das equipas de agentes sediados em Estrasburgo por agentes sediados em Bruxelas, durante as sessões plenárias. A substituição gradual dos agentes de segurança externos será efetuada através do recrutamento de agentes contratuais (80 em 2013 e 180 em 2014) e será neutra em termos orçamentais, uma vez que será acompanhada por uma redução equivalente das dotações inscritas na rubrica relativa à prestação dos serviços em questão.

E. Outras medidas de modernização*E.1. Gestão das prioridades do Secretariado-Geral*

146. Foi aprovado um novo programa de trabalho administrativo para o período 2012-2014, o qual abrange as principais orientações políticas definidas pelo Presidente, que são por sua vez divididas em atividades e projetos específicos para implementação. A segunda parte deste programa apresenta as atividades e os projetos específicos a serem implementadas por cada direção-geral. Todas as direções gerais apresentam regularmente relatórios sobre o progresso dos seus principais projetos.

E.2. Gestão financeira e orçamental

147. Foi criado um Grupo de Trabalho da Mesa e da Comissão dos Orçamentos sobre o Orçamento do Parlamento com o objetivo de apresentar recomendações para aumentar a eficácia da utilização dos recursos orçamentais, sem afetar a correta execução das atividades parlamentares. O grupo de trabalho apresentou propostas para reduzir em 5 % as despesas de viagem dos deputados e dos funcionários, as quais foram aprovadas pela Mesa na sua reunião de 10 de setembro de 2012. O grupo de trabalho também propôs a realização da transferência denominada «ramassage» (Quadro 8.b) e começou a analisar os resultados de estudos comparativos entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais de cinco Estados-Membros e do Congresso americano. Serão apresentadas recomendações à Mesa em 2013.

E.3. Gestão dos recursos humanos

148. A criação de direções de recursos em 9 das 11 direções-gerais contribuiu para uma maior eficácia da gestão de recursos humanos em diferentes níveis e facilitou a comunicação entre estes e a Direção-Geral do Pessoal.
149. Além disso, em fevereiro de 2012, iniciou-se a produção de uma nova aplicação denominada e-CV (curriculum vitae em linha) com o objetivo de auxiliar designadamente os gestores de recursos humanos do Parlamento no âmbito da procura de competências específicas para cargos ou tarefas específicos.
150. Prosseguiu-se a política de internalização de certos setores estratégicos no intuito de permitir uma gestão mais eficaz e de reduzir a dependência do Parlamento em relação a prestadores de serviços externos de execução de atividades importantes. Neste sentido, a Mesa decidiu, em 11 de junho de 2012, criar lugares de agentes contratuais (80 em 2013 e 180 em 2014) para prosseguir a internalização dos serviços de segurança e, em 2 de julho, criar 60 lugares permanentes ao longo de dois anos (2013 e 2014) para internalizar certas prestações relacionadas com as TIC. A internalização dessas atividades será realizada de forma neutra em termos orçamentais, pois serão acompanhadas de uma redução das dotações inscritas nas rubricas relativas à prestação dos serviços em causa.

E.4. Gestão dos arquivos

151. Aquando da sua reunião de 2 de julho de 2012, a Mesa adotou um novo modelo de gestão dos documentos e dos arquivos. O modelo baseia-se na identificação das diversas etapas da vida útil dos documentos e na adequada gestão da totalidade do ciclo, um aspeto fundamental para aumentar a eficácia do sistema de arquivo, reforçar a rastreabilidade e permitir encontrar rapidamente a documentação do Parlamento. Permite ainda que o Parlamento respeite mais facilmente as normas sobre o acesso do público aos documentos.

F. Evolução de conjunto da estrutura do Secretariado-Geral (incluindo os grupos políticos)

152. Em 2012 foram criados 147 novos lugares para satisfazer os cinco principais requisitos seguintes:
- preparação da adesão da Croácia: 62 lugares
 - internalização dos serviços de segurança: 29 lugares
 - implementação do Tratado de Lisboa: 27 lugares
 - implementação do plano trienal da Direção-Geral das Infraestruturas e da Logística (DG INLO): 17 lugares
 - necessidades de «funcionamento corrente» que não puderam ser satisfeitas por medidas de reafetação: 12 lugares

153. As principais alterações ao organigrama e à gestão do Parlamento são resumidas no quadro abaixo.

Quadro 11

Resumo das reestruturações do Secretariado-Geral em 2012

DG	Reestruturação e modernização
DG PRES	<p>A Unidade de Informações Classificadas foi criada em janeiro estando em curso a sua consolidação. A sua principal tarefa foi elaborar medidas de implementação relativas ao tratamento de documentos classificados, em estreita colaboração com os serviços da Comissão e do Conselho.</p> <p>Foi confiada à Unidade de Administração dos Deputados a responsabilidade pelo secretariado do Comité Consultivo recém-criado sobre a conduta dos deputados do Parlamento Europeu, designadamente o acompanhamento da execução e do cumprimento do código de conduta dos comissários, o tratamento das declarações de interesses financeiros e dos pedidos dos deputados.</p> <p>Proseguiu-se a internalização das atividades ligadas á segurança.</p>
DG IPOL	<p>Foi dada a maior atenção à consolidação da nova Direção da Avaliação do Impacto e do Valor Acrescentado Europeu e da Unidade de Apoio à Governação Económica, bem como à formação das novas equipas. Além disso, o secretariado <i>ad hoc</i> da Comissão Especial CRIM foi criado em abril de 2012.</p>
DG EXPO	<p>A nova Direção de Apoio à Democracia foi criada com o objetivo de aumentar a coerência das atividades do PE em apoio das democracias novas e emergentes. Esta nova direção foi criada com neutralidade do ponto de vista orçamental através da reafetação de verbas, tendo iniciado as suas atividades em 1 de abril de 2012. Abrange a Unidade de Observação de Eleições e o Gabinete para a Promoção da Democracia Parlamentar (GPDP), que já faziam parte da DG EXPO, a Unidade para as Relações com os Paramentos dos Balcãs Ocidentais, transferida da DG Presidência, e a Unidade de Ações sobre os Direitos Humanos recentemente criada. Com base na decisão tomada na Conferência dos Presidentes em 13 de setembro de 2012, o mandato alargado do Grupo de Apoio à Democracia e de Coordenação Eleitoral abrange a orientação política e a supervisão de todas as atividades da nova Direção.</p>
DG COMM	<p>Em setembro de 2012, procedeu-se a uma reestruturação dos serviços através da reafetação de pessoal e lugares já existentes, a fim de coadunar as estruturas e as prioridades operacionais do DG. Foram criadas duas novas unidades e transferidas duas unidades já existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> — uma nova Unidade «Horizontal e Temática» foi criada na Direção B, — a Unidade «Eventos» da Direção C foi dividida em duas entidades: a Unidade «Eventos e Exposições» e a Unidade «Campanhas de Informação», — a Unidade «Casa da História Europeia» foi colocada sob a alçada da Direção C - Relações com os Cidadãos, — A Unidade «Acompanhamento da Opinião Pública» foi colocada sob a alçada do Diretor-Geral, — a Unidade do Programa de Visitas da União Europeia (EUVP) foi colocada sob a alçada do Diretor-Geral.
DG INLO	<p>No intuito de fazer face aos desafios e às exigências do parque imobiliário em crescimento e envelhecimento, em 1 de abril de 2012, a Direção de «Infraestruturas» foi dividida em duas direções distintas responsáveis pela «gestão de projetos imobiliários» (com a criação consecutiva de uma unidade dedicada aos projetos imobiliários em Estrasburgo) e pela «gestão e manutenção imobiliária», respetivamente.</p> <p>Foi igualmente criada, em janeiro de 2012, uma Direção de Recursos para centralizar a gestão dos assuntos relacionados com recursos humanos, assuntos financeiros, contratos públicos, gestão informática, bem como com o serviço EMAS. Neste contexto foram criadas unidades de suporte a nível central: uma Unidade de «Programação, Execução e Controlo Orçamental», uma Unidade de «Coordenação Geral» e uma Unidade de «Contratos e Concursos», da Direção-Geral. Em julho de 2012, a criação de uma unidade de informática e TI veio completar estes serviços.</p>
DG TRAD	<p>Na sequência da criação da nova Direção de Recursos, as estruturas existentes foram reorganizadas e a nova Direção C é agora composta por quatro unidades, a saber, a Unidade de Recursos Humanos (Unidade RH), a Unidade de Gestão dos Recursos Financeiros e do Controlo (Unidade FRMC), a Unidade de Formação e dos Estágios (TTU) e a Unidade de Informática e Apoio (Unidade ITS). O objetivo dessas mudanças foi assegurar uma abordagem harmonizada da gestão de recursos em toda a DG e harmonizar a estrutura com a das outras DG. Foi ainda criada uma nova Unidade de Edição, que contribui adicionalmente para o aumento da eficiência através do aumento da qualidade dos originais dos textos a serem traduzido por todas as unidades linguísticas.</p>

DG	Reestruturação e modernização
DG INTE	<p>A criação de uma Direção de Recursos teve lugar em inícios de 2012. O recrutamento de pessoal para preencher os diversos cargos nas unidades recém-criadas no âmbito da Direção estava prestes a ser concluído em finais do ano.</p> <p>Em agosto de 2012, uma Unidade de E-learning foi criada na Direção de Organização e Programação, no intuito de maximizar a oferta de intérpretes qualificados em todas as línguas de trabalho para apoiar os esforços da DG no contexto do planeamento da sucessão e do recrutamento.</p>
DG ITEC	<p>A criação da Direção de Recursos no final de 2011 resultou na criação de quatro unidades no seio dessa direção, tendo cada chefe de unidade sido recentemente nomeado, em 2012. As unidades foram criadas com base nos recursos existentes, sem aumento dos efetivos.</p> <p>Na sua reunião de 2 de julho de 2012, a Mesa decidiu internalizar uma parte das atividades de TIC exercidas por prestadores de serviços externos: esta medida neutra no plano orçamental resultará na criação de 60 lugares permanentes durante 2013 e 2014.</p> <p>A criação, em meados do ano, da unidade de Conceção e Desenvolvimento permitiu reforçar a planificação, a avaliação da oportunidade dos pedidos relativos a projetos e o acompanhamento do programa de TI.</p>

ANEXO I

LISTA DAS TRANSFERÊNCIAS C DURANTE O EXERCÍCIO DE 2012

(EUR)

N.º	Para/De Capítulo/Artigo/Número	Designação	Rubrica de destino Montante	Rubrica de destino Montante	
C1	do número	2 0 0 1 01	Foros enfitêuticos: Luxemburgo	- 2 000 000	
	para o capítulo	2 0	Imóveis e despesas acessórias		
	para o número	2 0 2 2 03	Limpeza e manutenção: Bruxelas		2 000 000
C2	do número	1 0 1 0 02	Cobertura dos riscos de acidente, de doença e outras intervenções sociais: reembolso das despesas médicas	- 230 000	
	para o capítulo	1 0	Membros da instituição		
	para o artigo	1 0 2	Subsídios transitórios		230 000
C3	do capítulo	10 1	Reserva para imprevistos	- 450 000	
	para o capítulo	2 3	Despesas de funcionamento administrativo corrente		
	para o número	2 3 2 0 01	Despesas de contencioso e danos: despesas de contencioso		450 000
C4	do capítulo	10 1	Reserva para imprevistos	- 75 000	
	para o capítulo	3 2	Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo, produção e difusão		
	para o número	3 2 4 5 02	Organização de colóquios, seminários e ações culturais: Prémio Sakharov e despesas de organização inerentes à cerimónia de atribuição do Prémio		75 000
C5	do capítulo	10 1	Reserva para imprevistos	- 9 985 000	
	para o capítulo	2 1	Informática, equipamento e mobiliário		
	para o número	2 1 0 0 02	Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação: Telecomunicações		7 926 000
	para o número	2 1 0 0 03	Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação: individuais e grupos de utilizadores		1 320 000
	para o número	2 1 0 2 01	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação: Centro Informático, telecomunicações e equipamento e suporte lógico		739 000

(EUR)					
N.º	Para/De Capítulo/Artigo/Número	Designação	Rubrica de des- tino Montante	Rubrica de des- tino Montante	
C6	do capítulo	10 1	Reserva para imprevistos		- 3 200 000
	para o capítulo	1 4	Outro pessoal e prestações externas		
	para o número	1 4 2 0 02	Prestações externas: outros serviços de tradução e dactilografia	3 200 000	
C7	do capítulo	10 0	Dotações provisionais		- 10 192 015
		1 0 0 4 02	Despesas ordinárias de viagem: delegações parlamentares e instituições previstas no âmbito da Convenção ACP-UE, bem como no âmbito do fórum euro-mediterrânico		- 1 500 000
	para o capítulo	1 0	Membros da instituição		
	para o número	1 0 0 4 01	Despesas ordinárias de viagem: sessões, comissões ou suas delegações, grupos políticos e diversos	9 400 000	
	para o número	1 0 0 5 01	Outras despesas de viagem: Outras despesas de viagem	2 292 015	
C8	do capítulo	10 0	Dotações provisionais		- 2 000 000
	para o capítulo	2 0	Imóveis e despesas acessórias		
	para o número	2 0 0 7	Arranjo das instalações	2 000 000	
C9	do capítulo	2 3 5 0 02	Telecomunicações: Estrasburgo		- 98 924
	do número	2 3 5 0 03	Telecomunicações: Bruxelas		- 1 316 228
	do número	2 3 5 0 04	Telecomunicações: despesas de telemática (assinaturas, preços das comunicações e exploração de redes telemáticas)		- 1 314 848
	do número	1 4 0 2 01	Intérpretes de conferência: Intérpretes de conferência		- 3 100 000
	para o capítulo	2 1	Informática, equipamento e mobiliário		
	para o número	2 1 0 0 02	Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação: Telecomunicações	1 800 000	
	para o número	2 1 0 2 01	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação: Centro Informático, telecomunicações e equipamento e suporte lógico	4 030 000	

(EUR)					
N.º	Para/De Capítulo/Artigo/Número		Designação	Rubrica de des- tino Montante	Rubrica de des- tino Montante
C10	do capítulo	1 0	Membros da instituição		- 2 697 516
	do capítulo	1 2	Funcionários e agentes temporários		- 14 480 000
	do capítulo	1 4	Outro pessoal e prestações externas		- 8 085 000
	do capítulo	1 6	Outras despesas relativas a pessoas ligadas à instituição		- 280 000
	do capítulo	2 0	Imóveis e despesas acessórias		- 5 065 000
	do capítulo	2 1	Informática, equipamento e mobiliário		- 900 000
	do capítulo	2 3	Despesas de funcionamento administrativo corrente		- 1 887 136
	do capítulo	3 0	Reuniões e conferências		- 3 666 387
	do capítulo	3 2	Conhecimentos técnicos e informação: aquisição, arquivo, produção e difusão		- 1 641 600
	do capítulo	4 0	Despesas específicas de certos órgãos e instituições		- 297 361
	do capítulo	4 2	Despesas relativas à assistência parlamentar		- 6 000 000
	para o capítulo	2 0	Imóveis e despesas acessórias		
	para o número	2 0 0 1	Foros enfiteúticos	10 000 000	
para o número	2 0 0 3	Aquisição de bens imóveis	35 000 000		
TOTAL dos montantes transferidos por transferência de tipo C				80 462 015	- 80 462 015

ANEXO II

LISTA DAS TRANSFERÊNCIAS P DURANTE O EXERCÍCIO DE 2012

		(EUR)
N.º	Capítulo/Artigo/Número	Montante
Transferências de dotações correntes		
P1	No interior do artigo 2 1 0	
	do número 2 1 0 0 02 Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação: Telecomunicações	- 3 517 300
	para o número 2 1 0 2 01 Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação: Centro Informático, telecomunicações e equipamento e suporte lógico	3 517 300
P2	No interior do artigo 3 2 4	
	do número 3 2 4 0 Jornal Oficial	- 500 000
	para o número 3 2 4 1 01 Publicações digitais e tradicionais – Edição	500 000
P3	No interior do artigo 4 2 2	
	do número 4 2 2 0 01 Assistência parlamentar: Assistentes locais	- 500 000
	para o número 4 2 2 2 Diferenças cambiais	500 000
P4	No interior do artigo 3 2 4	
	do número 3 2 4 0 Jornal Oficial	- 500 000
	para o número 3 2 4 1 01 Publicações digitais e tradicionais – Edição	500 000
P5	No interior do artigo 3 2 4	
	do número 3 2 4 8 01 Despesas de informação audiovisual: Coprodução e difusão de programas audiovisuais	- 1 264 475
	para o número 3 2 4 2 02 Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas: informação eletrónica (Internet)	954 475
	para o número 3 2 4 5 01 Organização de colóquios, seminários e ações culturais: Subvenções para a organização de colóquios e seminários nacionais ou multinacionais destinados aos multiplicadores de opinião dos Estados-Membros; despesas com a organização dos colóquios e simpósios parlamentares	310 000
P7	No interior do artigo 4 2 2	
	do número 4 2 2 0 01 Assistência parlamentar: Assistentes locais	- 300 000
	para o número 4 2 2 2 Diferenças cambiais	300 000
P8	No interior do artigo 2 0 0	
	do número 2 0 0 0 01 Rendas: Luxemburgo	- 500 000
	do número 2 0 0 0 03 Rendas: Bruxelas	- 1 900 000
	do número 2 0 0 0 04 Rendas: gabinetes de informação	- 1 353 000
	para o número 2 0 0 3 Aquisição de bens imóveis	3 753 000

		(EUR)
N.º	Capítulo/Artigo/Número	Montante
P9	No interior do artigo 3 2 4	
	do número 3 2 4 2 03 Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas: Observatório legislativo (OEL)	- 45 000
	para o número 3 2 4 1 02 Publicações digitais e tradicionais – Tradução	45 000
Total de transferências de dotações correntes		10 379 775
Transferências de dotações abertas por conta de receitas afetadas transitadas		
P6	No interior do artigo 2 0 0	
	do número 2 0 0 1 Foros enfitêuticos	- 88 924 943
	para o número 2 0 0 3 Aquisição de bens imóveis	88 924 943
Total de transferências de dotações abertas por conta de receitas afetadas transitadas		88 924 943
Total de montantes transferidos por transferências P		99 304 718

ANEXO III

EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA 2012

(EUR)						
Número	Designação	Dotações iniciais	Transferências	Dotações finais	Montante autorizado	% Utilização
1 0 0 0	Subsídios	69 880 000	- 700 000	69 180 000	69 107 538	99,9%
1 0 0 4	Despesas ordinárias de viagem	64 203 310	7 900 000	72 103 310	72 103 309	100,0%
1 0 0 5	Outras despesas de viagem	4 488 082	2 292 015	6 780 097	6 778 861	100,0%
1 0 0 6	Subsídio de despesas gerais	39 275 428	- 200 000	39 075 428	39 000 932	99,8%
1 0 0 7	Subsídios de funções	181 000	- 4 000	177 000	173 914	98,3 %
1 0 1 0	Cobertura dos riscos de acidente, de doença e outras intervenções sociais	3 282 540	- 630 000	2 652 540	2 399 615	90,5 %
1 0 1 2	Medidas específicas para assistir os deputados portadores de deficiência	384 000	- 100 000	284 000	241 864	85,2 %
1 0 2 0	Subsídios transitórios	490 000	110 000	600 000	566 485	94,4 %
1 0 3 0	Pensões de aposentação	11 084 000	- 951 016	10 132 984	10 086 747	99,5 %
1 0 3 1	Pensões de invalidez	418 000	- 62 400	355 600	333 371	93,7 %
1 0 3 2	Pensões de sobrevivência	2 930 000	- 150 600	2 779 400	2 759 882	99,3 %
1 0 3 3	Regime voluntário de pensão dos deputados	46 000	- 9 500	36 500	35 654	97,7 %
1 0 5 0	Cursos de línguas e de informática	700 000	0	700 000	678 941	97,0 %
1 0 8 0	Diferenças cambiais	0	0	0	0	—
1 0 9 0	Dotação provisional	0	0	0	0	—
1 0 9 1	Dotação provisional para os 18 deputados - Tratado de Lisboa	0	0	0	0	—
1 2 0 0	Remunerações e subsídios	569 732 297	- 13 000 000	556 732 297	555 375 070	99,8 %
1 2 0 2	Horas extraordinárias remuneradas	455 200	- 280 000	175 200	175 000	99,9 %
1 2 0 4	Direitos relacionados com a entrada em funções, a transferência e a cessação de funções	5 035 000	- 1 200 000	3 835 000	3 835 000	100,0 %
1 2 2 0	Subsídios de afastamento do lugar no interesse do serviço	402 000	0	402 000	363 780	90,5 %

(EUR)						
Número	Designação	Dotações iniciais	Transferências	Dotações finais	Montante autorizado	% Utilização
1 2 2 2	Compensações por cessação definitiva de funções e sistema especial de reforma para o pessoal permanente e temporário	1 097 000	0	1 097 000	951 912	86,8 %
1 2 4	Dotação provisional	0	0	0	0	—
1 4 0 0	Outros agentes	36 848 800	- 1 200 000	35 648 800	34 790 888	97,6 %
1 4 0 2	Intérpretes de conferência	53 000 000	- 6 500 000	46 500 000	46 000 000	98,9 %
1 4 0 4	Estágios, subvenções e intercâmbio de funcionários	7 961 520	- 1 550 000	6 411 520	6 264 848	97,7 %
1 4 0 6	Observadores	1 200 000	- 735 000	465 000	465 000	100,0 %
1 4 0 7	Subsídio de formação (programa de estágios do Parlamento Europeu)	0	0	0	0	—
1 4 2 0	Prestações externas	13 370 000	2 000 000	15 370 000	14 587 633	94,9 %
1 4 2 2	Atividades de cooperação interinstitucional no domínio linguístico	383 000	0	383 000	374 729	97,8 %
1 4 4	Dotação provisional	0	0	0	0	—
1 6 1 0	Despesas de recrutamento	402 775	- 100 000	302 775	280 000	92,5 %
1 6 1 2	Aperfeiçoamento profissional	4 400 000	0	4 400 000	4 177 428	94,9 %
1 6 3 0	Serviço social	711 500	0	711 500	528 784	74,3 %
1 6 3 1	Mobilidade	996 000	- 180 000	816 000	619 772	76,0 %
1 6 3 2	Relações sociais entre os membros do pessoal e outras intervenções sociais	310 400	0	310 400	290 634	93,6 %
1 6 5 0	Serviço Médico	1 135 000	0	1 135 000	1 002 408	88,3 %
1 6 5 2	Despesas de funcionamento corrente dos restaurantes e cantinas	3 960 000	0	3 960 000	3 960 000	100,0 %
1 6 5 4	Centro da primeira infância e creches convencionadas	6 010 775	0	6 010 775	5 840 796	97,2 %
2 0 0 0	Rendas	34 131 999	- 3 753 000	30 378 999	30 359 988	99,9 %
2 0 0 1	Foros enfitêuticos	25 910 000	8 000 000	33 910 000	33 910 000	100,0 %

(EUR)						
Número	Designação	Dotações iniciais	Transferências	Dotações finais	Montante autorizado	% Utilização
2 0 0 3	Aquisição de bens imóveis	0	38 753 000	38 753 000	38 753 000	100,0%
2 0 0 5	Construção de imóveis	6 995 000	- 2 300 000	4 695 000	4 583 616	97,6%
2 0 0 7	Arranjo das instalações	33 625 000	2 000 000	35 625 000	34 811 824	97,7%
2 0 0 8	Gestão imobiliária específica	5 100 000	- 460 000	4 640 000	4 207 679	90,7%
2 0 2 2	Conservação, manutenção, gestão e limpeza dos imóveis	46 965 000	2 000 000	48 965 000	48 638 644	99,3%
2 0 2 4	Consumo de energia	18 435 000	0	18 435 000	17 692 010	96,0%
2 0 2 6	Segurança e vigilância dos imóveis	38 405 857	- 2 305 000	36 100 857	35 023 714	97,0%
2 0 2 8	Seguros	953 000	0	953 000	884 452	92,8%
2 1 0 0	Equipamento e suporte lógico para as tecnologias da informação e da inovação	37 392 000	7 528 700	44 920 700	44 585 309	99,3%
2 1 0 2	Prestações de pessoal externo para as tecnologias da informação e da inovação	62 933 000	8 286 300	71 219 300	70 511 060	99,0%
2 1 2 0	Mobiliário	3 277 500	- 900 000	2 377 500	2 040 859	85,8%
2 1 4 0	Material e instalações técnicas	19 983 124	0	19 983 124	19 562 815	97,9%
2 1 6 0	Veículos	6 270 000	0	6 270 000	6 104 391	97,4%
2 3 0 0	Papelaria, material de escritório e consumíveis diversos	2 608 000	- 475 000	2 133 000	2 010 714	94,3%
2 3 1 0	Encargos financeiros	170 000	- 153 136	16 864	16 864	100,0%
2 3 2 0	Despesas de contencioso e danos	1 314 000	440 000	1 754 000	1 433 604	81,7%
2 3 5 0	Telecomunicações	7 441 000	- 2 730 000	4 711 000	4 456 154	94,6%
2 3 6 0	Franquias de correspondência e despesas de porte	352 500	- 14 000	338 500	271 283	80,1 %
2 3 7 0	Mudanças	950 000	- 125 000	825 000	760 360	92,2 %
2 3 8 0	Outras despesas de funcionamento administrativo	784 500	- 250 000	534 500	438 223	82,0 %

(EUR)						
Número	Designação	Dotações iniciais	Transferências	Dotações finais	Montante autorizado	% Utilização
2 3 9	Compensação das emissões de carbono do Parlamento Europeu	950 000	- 860 000	90 000	89 559	99,5 %
3 0 0 0	Despesas de deslocações em serviço do pessoal entre os três locais de trabalho	29 070 000	- 3 000 000	26 070 000	25 600 000	98,2%
3 0 2 0	Despesas de receção e de representação	1 361 350	- 90 000	1 271 350	997 012	78,4 %
3 0 4 0	Despesas diversas com reuniões internas	2 600 000	0	2 600 000	2 598 000	99,9%
3 0 4 2	Reuniões, congressos e conferências	1 396 000	0	1 396 000	927 388	66,4%
3 0 4 4	Despesas diversas de organização da Conferência Parlamentar sobre a OMC e outras reuniões das delegações interparlamentares, das delegações <i>ad hoc</i> e da OMC	860 000	- 300 000	560 000	304 126	54,3 %
3 0 4 6	Despesas diversas de organização de reuniões da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE	400 000	- 200 000	200 000	103 016	51,5 %
3 0 4 7	Despesas diversas de organização da Assembleia Parlamentar EU-ROLAT	82 000	0	82 000	80 952	98,7 %
3 0 4 8	Despesas diversas de organização da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo	220 000	0	220 000	7 218	3,3 %
3 0 4 9	Despesas relativas aos serviços da agência de viagens	2 083 000	- 76 387	2 006 613	2 006 613	100,0%
3 2 0 0	Aquisição de conhecimentos específicos	11 420 000	- 913 000	10 507 000	9 802 865	93,3 %
3 2 2 0	Despesas de documentação e de biblioteca	4 516 686	- 418 600	4 098 086	3 974 137	97,0%
3 2 2 2	Despesas com fundos de arquivo	1 932 500	0	1 932 500	1 600 768	82,8%
3 2 3	Relações com os parlamentos de países terceiros e apoio da democracia parlamentar	535 000	0	535 000	409 936	76,6 %
3 2 4 0	Jornal Oficial	5 056 000	- 1 000 000	4 056 000	4 055 500	100,0 %

(EUR)						
Número	Designação	Dotações iniciais	Transferências	Dotações finais	Montante autorizado	% Utilização
3 2 4 1	Publicações digitais e tradicionais	4 760 000	1 045 000	5 805 000	5 689 769	98,0%
3 2 4 2	Despesas de publicação, de informação e de participação em manifestações públicas	21 626 000	879 475	22 505 475	22 124 435	98,3%
3 2 4 3	Parlamentarium – Centro de Visitantes do Parlamento Europeu	3 600 000	0	3 600 000	3 462 168	96,2%
3 2 4 4	Organização e receção de grupos de visitantes, programa Euroscola e convites a multiplicadores de opinião de países terceiros	28 940 000	0	28 940 000	27 985 491	96,7%
3 2 4 5	Organização de colóquios, seminários e ações culturais	3 696 650	385 000	4 081 650	3 664 748	89,8%
3 2 4 6	Canal de televisão do Parlamento (Web TV)	8 500 000	0	8 500 000	8 391 152	98,7%
3 2 4 8	Despesas de informação audiovisual	14 760 000	- 1 264 475	13 495 525	13 369 011	99,1%
3 2 4 9	Intercâmbio de informações com os parlamentos nacionais	675 000	- 280 000	395 000	337 336	85,4%
3 2 5	Despesas relativas aos gabinetes de informação	1 100 000	0	1 100 000	1 100 000	100,0%
4 0 0 0	Despesas administrativas de funcionamento, atividades políticas e de informação dos grupos políticos e dos deputados não inscritos	57 165 000	- 102 633	57 062 367	57 062 367	100,0%
4 0 2 0	Contribuição para os partidos políticos europeus	18 900 000	0	18 900 000	18 900 000	100,0%
4 0 3	Contribuições para as fundações políticas europeias	12 150 000	- 194 728	11 955 272	11 955 272	100,0%
4 2 2 0	Assistência parlamentar	190 340 175	- 6 800 000	183 540 175	179 753 670	97,9%
4 2 2 2	Diferenças cambiais	500 000	800 000	1 300 000	1 118 152	86,0 %
4 4 0 0	Despesas de reuniões e outras atividades de antigos deputados	200 000	0	200 000	200 000	100,0 %

(EUR)						
Número	Designação	Dotações iniciais	Transferências	Dotações finais	Montante autorizado	% Utilização
4 4 2 0	Custo das reuniões e outras atividades da Associação Parlamentar Europeia	160 000	0	160 000	160 000	100,0 %
10 0	Dotações provisionais	14 118 481	- 12 192 015	1 926 466	0	—
10 1	Reserva para imprevistos	15 374 172	- 13 710 000	1 664 172	0	—
10 3	Reserva para o alargamento	0	0	0	0	—
10 4	Reserva para a política de comunicação e de informação	0	0	0	0	—
10 5	Dotação provisional para os edifícios	0	0	0	0	—
10 6	Reserva para novos projetos prioritários em fase de desenvolvimento	0	0	0	0	—
10 8	Reserva EMAS	50 000	0	50 000	0	—
TOTAL		1 717 868 121	0	1 717 868 121	1 693 038 015	98,6 %

Preço das assinaturas 2013 (sem IVA, portes para expedição normal incluídos)

Jornal Oficial da União Europeia, séries L + C, só edição impressa	22 línguas oficiais da UE	1 300 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, séries L + C, edição impressa + DVD anual	22 línguas oficiais da UE	1 420 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, série L, só edição impressa	22 línguas oficiais da UE	910 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, séries L + C, DVD mensal (cumulativo)	22 línguas oficiais da UE	100 EUR por ano
Suplemento do Jornal Oficial (série S), Adjudicações e Contratos Públicos, DVD, uma edição por semana	Multilíngue: 23 línguas oficiais da UE	200 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, série C — Concursos	Língua(s) de acordo com o concurso	50 EUR por ano

O *Jornal Oficial da União Europeia*, publicado nas línguas oficiais da União Europeia, pode ser assinado em 22 versões linguísticas. Compreende as séries L (Legislação) e C (Comunicações e Informações).

Cada versão linguística constitui uma assinatura separada.

Por força do Regulamento (CE) n.º 920/2005 do Conselho, publicado no Jornal Oficial L 156 de 18 de junho de 2005, nos termos do qual as instituições da União Europeia não estão temporariamente vinculadas à obrigação de redigir todos os seus atos em irlandês nem a proceder à sua publicação nessa língua, os Jornais Oficiais publicados em irlandês são comercializados à parte.

A assinatura do Suplemento do Jornal Oficial (série S — Adjudicações e Contratos Públicos) reúne a totalidade das 23 versões linguísticas oficiais num DVD multilíngue único.

A pedido, a assinatura do *Jornal Oficial da União Europeia* dá direito à receção dos diversos anexos do Jornal Oficial. Os assinantes são avisados da publicação dos anexos através de um «Aviso ao leitor» inserido no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Vendas e assinaturas

As subscrições de diversas publicações periódicas pagas, como a subscrição do *Jornal Oficial da União Europeia*, estão disponíveis através da nossa rede de distribuidores comerciais, cuja lista está disponível na Internet no seguinte endereço:

http://publications.europa.eu/others/agents/index_pt.htm

EUR-Lex (<http://eur-lex.europa.eu>) oferece acesso direto e gratuito ao direito da União Europeia. Este sítio permite consultar o *Jornal Oficial da União Europeia* e inclui igualmente os tratados, a legislação, a jurisprudência e os atos preparatórios da legislação.

Para mais informações sobre a União Europeia, consultar: <http://europa.eu>

